

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2016

Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ António Gonçalves Toste Parreira ■ António Toledo Alves ■ Artur da Câmara Machado ■ Davide Gabriel Cabral dos Reis ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ Irina dos Santos Mendes Pimentel ■ Isabel Maria Diniz Berbereia ■ João Carlos Castro Tavares ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ João Manuel Teixeira Salvador ■ José Machado Ferreira dos Santos ■ Luís Leonel Teixeira Salvador ■ Marco Paulo Vieira Alves ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Marília Margarida Enes Garcia de Vargas ■ Manuel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras

Henrique Ferreira dos Santos

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ■ Honorato Bettencourt Lourenço ■ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ■ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ■ Manuel Conde Bettencourt ■ Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa ■ Péricles Pereira Ortins ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

Artur Manuel Leal de Lima ■ Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Michele Soveta Aguiar ■ Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Fernando Francisco de Paiva Dias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ José Gaspar Rosa de Lima ■ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão, sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 23 de novembro de 2015 foi aprovada por maioria com 1 abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados e dando conta da seguinte documentação recebida:

- Atas e minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.
- Ofício da Junta de Freguesia de S. Pedro cujo conteúdo o senhor presidente da Mesa passou a ler:

«Venho por este meio comunicar a V. Exa. que o presidente desta Junta de Freguesia, Manuel Henrique Assis Ferreira, solicitou a suspensão do seu mandato por um período de seis meses com efeitos a 1 de janeiro do presente ano. Mais se informa que é presidente em exercício a partir da referida data, João Manuel Teixeira Salvador.

Sem outro assunto de momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos melhores cumprimentos enquanto nos subscrevemos com consideração.

João Manuel Teixeira Salvador, presidente em exercício.»

O senhor presidente da Mesa expressou os desejos de melhoras ao senhor Manuel Henrique Assis Ferreira.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante vereação, colegas deputados. Deambulo menos vezes pela cidade do que o senhor presidente da Câmara mas há dias decidi descer a Ladeira de S. Francisco pelo lado direito, fazendo uma espécie de rally, esbarrando e torneando as poucas árvores que lá estão espremidas contra a parede do museu e do jardim público, tentando ajeitar-se a essa contingência negativa e torcendo-se para fora do muro à procura do sol.

As árvores que ali foram plantadas até são bonitas mas estão no sítio errado, porque o passeio tem apenas cerca de um metro. Aquela é uma zona de muita afluência de turistas que sobem em direção ao museu e devem pensar que os terceirenses gostam tanto de árvores que são capazes de sacrificar até os passeios.

Isto faz-me lembrar um pouco aquelas casas com um pequeno tapete de relva de 9m² onde o proprietário planta uma palmeira pequena que, ao crescer, se transforma num monstro na frente da casa. Não sei que solução se poderá arranjar para ali mas a verdade é que aquele passeio da Ladeira de S. Francisco não tem condições para ter árvores.

Sr. presidente da Câmara: – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. A questão colocada pelo senhor deputado Manuel Bettencourt é bastante pertinente. O problema reside na sombra das árvores grandes do jardim que crescem de forma assimétrica em ângulo de 45° com o risco de queda de ramos cada vez que há vento. Uma daquelas árvores quebrou e caiu numa das tempestades do passado mês de dezembro, devido à assimetria da copa por se desviar da parede.

A nossa cidade tem tão poucas árvores que não me parece razoável sacrificar mais algumas e é mais fácil alargar o passeio quando se fizer o arranjo, sacrificando um metro de rua que tem largura suficiente para manter a atual circulação sem causar quaisquer problemas.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Gostaria que o senhor presidente da Câmara me esclarecesse o que se passa com a obra do largo da Canada de Belém, onde passo todos os dias, porque não consegui perceber o que estão ali a fazer. Abriram o buraco, depois taparam-no deixando pedra espalhada por todo o lado, entretanto voltaram a abri-lo e a fechá-lo mas a pedra continua por ali espalhada pelo menos há duas semanas e pode saltar e magoar alguém ou partir o vidro de algum carro.

Sr. presidente da Câmara: – A lógica essencial da obra da Canada de Belém é a criação de uma linha de transporte de água com vista ao reforço das freguesias de S. Mateus e de S. Bartolomeu. Essa adutora vem desde um reservatório na Fonte Faneca, foi colocada ao longo de toda a freguesia da Terra Chã e vai ligar a esse ponto. Como não é possível cortar o fornecimento de água às freguesias, a obra tem que ser feita por duas vezes.

Quando a adutora estiver pronta de ambos os lados será possível cortar a ligação antiga e transferi-la para a ligação nova, razão pela qual o buraco tem que permanecer aberto até que esteja concluído o trabalho intermédio. Hoje está a ser asfaltado um dos troços da canada, ficando a faltar as laterais, terá ainda que ser aberto um buraco diante da igreja da Terra Chã no outro extremo da adutora e só depois é que se poderá proceder à colocação definitiva do pavimento em ambos os lados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de voltar a questioná-lo, Senhor presidente da Câmara, relativamente ao estudo de trânsito que tarda em ficar concluído e distribuído aos deputados municipais. À partida, e pelo que vamos discutir ao longo da agenda de hoje, há propostas que estariam ou estarão nesse estudo que vão passar a letra de lei nos sucessivos planos que a Câmara vai apresentar e que poderão vir a ser aprovados no decurso dos trabalhos de hoje.

Um documento que vai estruturar um conjunto de alterações mais ou menos profundas ao trânsito e ao estacionamento na cidade de Angra deve merecer a participação dos que aqui estão eleitos pela população antes que o seu conteúdo seja vertido em documentos de ordenamento do território já produzidos pela Câmara. Parece-me que se está a começar a casa pelo telhado porque não se conhece o estudo que fundamenta a planificação.

A minha próxima questão, já aqui abordada pelo senhor presidente da Câmara e merecedora da concordância dos deputados municipais, tem também a ver com o trânsito, mais propriamente com a pintura das vias municipais e regionais. Continuamos no período de inverno com menos horas de luz diurna e torna-se bastante perigoso circular em muitas das nossas vias devido também à ausência da pintura adequada no pavimento.

Está também em consulta pública a questão relativa às águas balneares. Há muito que não vemos uma zona balnear nova no concelho; as zonas de que dispomos são grandes, encontram-se normalmente repletas de pessoas e têm necessidades de manutenção por vezes impossíveis de atender.

Julgo que seria de equacionar a criação de novas zonas balneares e a sua dispersão ao longo da linha de costa na zona sul do concelho. Devemos criar mais e melhores condições para o usufruto dos que cá vivem mas também dos que nos poderão visitar, porque queremos que o turismo seja cada vez mais uma aposta deste concelho.

Por fim, não poderia deixar de abordar mais uma vez a questão da desratização. Têm vindo a público notícias relativas ao aumento de casos de leptospirose na ilha Terceira e a polémica de que não têm sido acompanhados da devida declaração obrigatória da doença em termos de entidades oficiais. Algo está a falhar no nosso circuito hospitalar e assistimos a um conjunto de manifestações públicas de boa vontade por parte do Governo Regional e das autarquias nas

suas competências mas tarda a implementação de um plano sério de desratização profunda, apesar dos inevitáveis impactos ambientais, porque a praga dos ratos continua a aumentar.

A minha preocupação é recorrente e tem a ver com a entrada em funcionamento da central de valorização energética de resíduos que vai fazer com que, devido à falta de alimento fresco na zona do aterro sanitário, a colónia de ratos se desloque para as explorações agrícolas e zonas residenciais limítrofes na busca de alimento e teremos um problema complicado a curto ou médio prazo. Esta questão deve merecer uma ação prioritária por parte do município visto que acarreta riscos graves de saúde pública, porque a leptospirose tem vitimado muita gente no concelho e na ilha.

Sr. presidente da Câmara: – A resposta à sua primeira questão é a mesma que foi dada na última sessão da Assembleia; o estudo ainda não está pronto devido a um conjunto de questões que se prendem com a orientação política da Câmara. Tem-se mantido um diálogo entre ambas as partes e logo que o estudo esteja em condições será apreciado em reunião de Câmara e remetido aos senhores membros da Assembleia. As operadoras de telecomunicações e a EDA têm colocado mais problemas do que a oposição mas vamos a caminho da resolução dessas situações.

A pintura das vias é um problema que todos reconhecemos assim como o desaparecimento de grande parte dos refletores destruídos pelo gado e pelo vandalismo que por aí atua. Como já foi referido, a urina e as fezes do gado fazem com que a superfície do asfalto se dissolva rapidamente fazendo desaparecer as marcações mais rápido do que seria de esperar, a própria qualidade do pavimento é pouco consentânea com a aplicação das tintas e as marcações colocadas em pavimentos degradados duram menos do que se esperaria.

No que respeita à rede viária municipal, logo que chegemos a uma época mais propícia, iniciaremos uma campanha de reavivamento das marcações existentes, embora deposite pouca esperança na durabilidade do que venha a ser feito pelas razões que acabei de apontar.

A exploração de uma zona balnear custa qualquer coisa como 40 mil euros ao ano. Angra é o concelho do arquipélago com maior número de zonas balneares e não me parece que haja necessidade de criação de novas zonas. A prioridade passa pela melhoria das atuais, em particular pela recuperação dos danos causados pelo mau tempo em praticamente todas elas. A estimativa de investimento na recuperação das zonas balneares existentes aponta para cerca de 200 mil euros.

Há problemas para resolver nas duas zonas balneares de S. Sebastião e na do Porto Judeu que sofreu danos relativamente grandes, há algumas coisas a fazer na zona de banhos da Feteira e pequenos e médios danos a corrigir na Silveira, no Negrito e nas Cinco Ribeiras. O nosso objetivo para este ano é a recuperação do que foi fortemente afetado pelo mau tempo.

Em relação à desratização, esta Assembleia aprovou há uns tempos uma verba para esse fim. Foi realizada uma primeira reunião com os senhores presidentes de junta de freguesia e foi estabelecida uma estratégia que vai ser executada, independentemente de outras estratégias complementares que resultem do acordo assinado entre a Associação de Municípios e o Governo Regional.

Que eu saiba, ainda não foi marcada a data da desratização na ilha Terceira por iniciativa do Governo Regional, penso que estará prevista para os meses de março ou abril mas espero sabê-lo a breve trecho.

Foi estabelecida uma estratégia com os senhores presidentes de junta que terá que ser cumprida. Já se procedeu à encomenda do mesmo raticida que será utilizado pelo Governo Regional, vamos iniciar os trabalhos nas zonas urbanas de responsabilidade municipal de acordo com o nosso PDM e sei que os agricultores foram contactados pelo setor do Governo

Regional responsável pela agricultura. Está-se a avançar nestas duas vertentes e esperamos ver ação razoável no terreno em março ou abril alargada a toda a ilha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara disse que algumas orientações constam do estudo de trânsito que estaria em vigor mas relembro que o último estudo data de 1996 ou 1998 e não chegou a ser implementado. Se esse era assim tão bom, não entendo por que razão se encomendou um estudo novo que deveria ficar pronto em 6 meses e ainda não está concluído. Entretanto, aparecem alterações profundas ao trânsito nos documentos de planeamento que não fazem parte do estudo que a Câmara vai pagar ao gabinete de projetos e constam do estudo de trânsito do século passado que nunca chegou a ser implementado.

É preciso clarificar e fundamentar estas questões porque se vai planificar um horizonte até 2020 que compromete o atual e futuros executivos camarários e a capacidade de candidaturas das obras do município a fundos comunitários.

Quanto às zonas balneares, não se pretende a repetição da política de criação de zonas de grande dimensão muito exigentes em termos de infraestruturas, parques de estacionamento e manutenção com impacto na nossa orla costeira.

Temos sido felizmente premiados com bandeiras azuis mas poderíamos optar pelo que se faz no Pico e em S. Jorge, apostando no aproveitamento das piscinas naturais e das pequenas baías com investimentos reduzidos e impactos diminutos no ambiente com a criação de acessibilidades e a possibilidade de usufruto dessas zonas no seu estado natural. Serão consideradas zonas de banhos com questões de segurança inerentes a esse tipo de usufruto mais ligeiro da nossa orla marítima que poderão ser acompanhadas da devida sinalização de uma zona de banhos não vigiada.

Gostaria de saber se tem sido possível fiscalizar e fazer cumprir todas as normas relativas ao plano de controlo de roedores no município, nomeadamente nas empresas e nas diversas atividades do concelho obrigadas ao cumprimento de um plano de controlo e quais os resultados do cumprimento da implementação dessas medidas.

Sr. presidente da Câmara: – O estudo de trânsito do século passado, como o senhor deputado referiu, precisava de ser revisto e chegou-se à conclusão que era adequado visto que as suas premissas se mantêm relativamente válidas com algumas alterações resultantes da própria estruturação viária que entretanto aconteceu. O PIRUS (Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável) não é um instrumento de trânsito e essa matéria terá que ser vista em sede de PDM que ainda não foi elaborado.

No que respeita às zonas balneares, a grande despesa nada tem a ver com infraestruturas e reside no cumprimento dos requisitos legais como os nadadores salvadores e todas as outras obrigações necessárias para o seu funcionamento durante o verão.

As decisões referentes às zonas de banho são de âmbito municipal, poderão ser tomadas em qualquer altura em função do que se considerar adequado e nada têm a ver com o documento que o Governo Regional colocou em consulta pública.

Concordo consigo no que respeita a alguns melhoramentos necessários em alguns locais como as Areias Brancas, que já sofreu intervenções por parte da Junta de Freguesia de S. Pedro, e o Fanal que passará a ser uma zona de banhos quando se fizer a obra que para lá está prevista. Há uma zona de banhos na Fajã do Ficher na Feteira que também funciona assim e carece de alguns melhoramentos urgentes porque o mar também lá andou.

Existe um local em Santa Bárbara cuja concessão foi recentemente pedida à junta de freguesia e permitirá a abertura de uma zona de banhos, além de outras iniciativas que estão em curso mas nada têm a ver com a consulta pública a decorrer neste momento que se destina exclusivamente às zonas balneares no estrito sentido do que está na lei.

A Câmara cumpre as suas obrigações no que respeita ao controlo dos roedores. O nosso município deve ter o maior plano de controlo de roedores deste concelho e provavelmente da ilha ou de todas as outras. Além do aterro que é complexo e grande, e de todos os espaços municipais, temos um outro em torno dos contentores do lixo composto por uma rede de estações rateiras com algumas centenas de postos. É um plano caro e a Câmara tem vindo a cumprir as suas obrigações, executando-o de forma rigorosa.

Temos vindo a manter a desratização de ribeiras e da zona costeira nas áreas habitadas um pouco para além do que seria razoável com esforços e investimentos consideráveis todos os anos, infelizmente sem os resultados que todos gostaríamos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Começo por fazer um reconhecimento, lembrando a discussão da última reunião da Assembleia Municipal relativa à iluminação pública que passou a ser ligada um pouco mais cedo. Não custa nada reconhecer que o senhor presidente da Câmara cedeu a uma necessidade óbvia.

Já aqui levantámos a questão dos atos de vandalismo que se estão a alastrar pela nossa cidade património mundial. Temos um conjunto de edifícios grafitados como as paredes do campo municipal com algumas inscrições pouco abonatórias onde deveria ser passada uma tinta branca. O Solar dos Remédios encontra-se nas mesmas condições e não custa notificar o senhor Secretário com vista à resolução do problema para que o nosso património seja dignificado.

No que respeita ao estudo de trânsito, talvez o senhor deputado Luís Rendeiro se tenha explicado mal ou o senhor presidente da Câmara tenha dificuldades em responder, mas vou colocar as questões de outra maneira: quais as orientações políticas da Câmara Municipal de Angra relativamente ao estudo de trânsito encomendado a uma empresa há mais de 6 meses e do qual nada se sabe, além de algumas notícias nos jornais?

A minha próxima questão tem a ver com transportes marítimos. Não há muito que o senhor secretário regional responsável pelas Obras Públicas referiu numa comissão parlamentar que a rampa *ro-ro* do Porto das Pipas não avançava devido a divergências de opiniões por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Gostaria que o senhor presidente me confirmasse a existência de tais divergências ou obstáculos por parte da Câmara, colocados ao projeto avançado pelo Governo Regional porque já passaram 3 anos desde a reabertura da linha Calheta/Angra do Heroísmo e continuamos com ligações sazonais amputadas sem a possibilidade do transporte de viaturas nas embarcações da «Atlântico Line».

Há cerca de um ano entrou em vigor um novo modelo de transporte aéreo de e para os Açores com a liberalização da rota da Terceira. Tendo em conta as declarações de responsáveis açorianos com competência na matéria sobre um conjunto de reuniões e contactos mantidos com empresas «Low Cost» que estariam interessadas em voar para a ilha Terceira, gostaria de saber se a Câmara Municipal tem acompanhado todo este processo e se o senhor presidente da Câmara possui alguma informação que possa fornecer a esta Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – O senhor vice-presidente acabou de me informar que já diligenciou no sentido de se proceder às necessárias pinturas para apagar os grafitis existentes nas paredes do campo de jogos e fui também informado por parte da Secretaria da Saúde que estão à espera que o empreiteiro lá vá para proceder à pintura de todo o edifício. Existe um outro grafito no Alto das Covas e a pessoa em causa também já foi informada para o retirar.

Quanto às questões do trânsito, os senhores ouviram o que eu disse; as orientações políticas são meramente o bom senso, a funcionalidade e o cumprimento dos requisitos técnicos e nada mais há a dizer sobre a matéria.

Não conheço qualquer divergência com o senhor secretário ou com quem quer que seja a respeito dos transportes marítimos. Houve um pedido de opinião e a nossa resposta, que nos

pareceu a mais adequada para os interesses da ilha, provavelmente não terá coincidido com a opinião do autor da pergunta.

Essa matéria já foi ultrapassada e houve uma segunda ronda de apresentação de propostas devidamente estudadas e testadas em modelo com uma fundamentação técnica muito mais adequada que mereceu nova resposta nossa dentro da mesma coerência. Não há qualquer divergência, mas sim um trabalho conjunto na procura da solução adequada, aberta ao futuro e que sirva os interesses desta comunidade.

A questão dos transportes aéreos tem sido seguida de perto por todos nós. Há cerca de duas semanas tive a oportunidade de ser ouvido por uma comissão da Assembleia que falava sobre turismo e todos gostaríamos de ter ligações de baixo custo desta ilha para um conjunto alargado de destinos.

Que eu saiba, está prevista para março ou abril apenas uma ligação para a Alemanha através da maior companhia «Low Cost» europeia, a Air Berlin. Têm aparecido outras intenções aqui e ali mas sem qualquer materialização real ou garantia e há um conjunto de outras questões que precisam de ser resolvidas relacionadas com o funcionamento do aeroporto.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 16 de novembro de 2015 a 22 de janeiro de 2016, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – Começando pelas questões de natureza financeira, temos uma confirmação sobre o encerramento do ano passado que decorreu de forma excelente. Reduzimos a dívida em 1,9 milhões de euros sem a necessidade de recorrer ao empréstimo de 1,2 milhões que estava contratualizado e visado. Na prática, prescindimos de uma dívida de quase 4 milhões de euros, a nossa dívida entra em 2016 bastante melhor do que a que tínhamos em 2015 e está prevista uma continuação sustentada da redução do endividamento.

Uma boa parte do *stock* de dívida da Câmara tem a ver com habitação e é paga, nos juros e no capital, pelo Governo Regional. No fim do ano passado tínhamos cerca de 8 milhões de euros de dívida da Câmara, muito pouco face às receitas, o que nos coloca numa situação financeira bastante saudável.

Sem prejuízo do debate sobre a conta que aqui teremos na altura própria, posso adiantar-vos que tivemos uma excelente execução no ano 2015, atingindo provavelmente os 87%, o que nos permite a flexibilidade necessária para nos mantermos à velocidade cruzeiro sem problemas de pagamentos.

Neste período da atividade municipal terminou o projeto da incineradora, o maior em que esta autarquia alguma vez esteve envolvida. As coisas estão a correr bastante bem do ponto de vista do seu arranque e vamos continuar esta fase de testes e treino do nosso pessoal durante mais dois meses até que entre em pleno funcionamento. A obra terminou sem quaisquer dificuldades ou derrapagem financeira com tudo a decorrer acima do esperado. Alguns membros desta Assembleia já tiveram a oportunidade de a visitar e deixo aqui o convite a quem não o pôde fazer naquele dia; quando entenderem lá ir, façam o favor de me dizer para organizarmos uma visita.

A obra da Canada de Belém de que falámos há pouco está a entrar na sua fase final e tencionamos concluí-la nas próximas semanas.

Quanto à escola de Santa Bárbara, está terminado o acesso mas a obra faz-me lembrar aquelas doenças do antigamente, as sezões, que se curam temporariamente mas voltam a atacar. Estamos numa fase em que as coisas não estão nada bem mas vamos ver se conseguimos resolver isto e se este é o último ataque porque a obra está próxima do fim.

Foram concluídas as obras de pavimentação de sobras e pequenos troços de canada listadas de anos anteriores, estando em curso uma segunda volta pelas freguesias, visando resolver coisas pequenas que estavam em atraso, e está também a decorrer normalmente a obra do calcetamento das duas ruas laterais à Biblioteca Pública...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O calcetamento está a correr bem mas a obra da biblioteca, não.

Sr. presidente da Câmara: – Nós somos como o rei D. João IV; somos donos dos caminhos mas os prédios não são nossos.

A obra de calcetamento a decorrer na rua dos Minhas Terras, resultante de uma perda de finos e de um abatimento na rua, está praticamente concluída, faltando apenas uma passadeira elevada no fim da rua de S. João, unindo as 4 esquinas das ruas, o que terá que ser feito num fim de semana, por implicar o corte do trânsito.

Estamos a iniciar também uma nova fase de calcetamento nas ruas ao pé do Clube Náutico na continuação da obra feita pelos «Portos dos Açores» que vai até à antiga fábrica dos pirolitos e fez-se a pavimentação das restantes ruas do Corpo Santo, ficando apenas para trás a rua das árvores devido a algumas dificuldades técnicas porque estamos à procura da solução adequada para a colocação do pavimento, procurando salvar o maior número de árvores.

No que diz ainda respeito à atividade municipal na área da construção, demos continuação às pequenas obras de manutenção dos edifícios com a conclusão da sua maior parte. O Teatro Angrense possui já o seu licenciamento ou alvará definitivo após a resolução de todas as questões técnicas e de segurança, foi possível resolver o problema das térmitas e, aproveitando os andaimes que lá estavam, procedeu-se à repintura e arranjo dos tetos e do frontão da boca de cena.

Estamos a entrar numa fase de resolução das questões energéticas, nomeadamente a ventilação e condicionamento do ar no Centro Cultural e no Teatro Angrense com a compra de novos equipamentos porque os que lá estão encontram-se obsoletos e inadequados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nunca funcionaram, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Não sei o que aconteceu no passado mas no estado em que se encontram, não vão mesmo funcionar. A sala de cinema já possui ventilação adequada e vão ser colocados novos equipamentos no grande auditório e no Teatro Angrense.

A Câmara adquiriu os terrenos entre o cemitério da Conceição e a Circular com vista à abertura de um novo acesso ao cemitério pelo lado norte a partir da via rápida para evitar aquele problema da rua sem saída.

O projeto do alargamento do jardim encontra-se concluído e em condições de avançar em obra e já foi colocada a concurso a recuperação do edifício que lá tínhamos comprado para a instalação de empresas.

A Câmara também adquiriu as antigas instalações da EDIFER em excelente estado diante da Rádio Popular e tencionamos mudar para lá as oficinas em poucos meses. Fica assim desnecessário o investimento de cerca de 600 mil euros que se iria fazer na construção do novo pavilhão ao lado do pavilhão das Sanjoaninas porque nos apareceu a oportunidade de aquisição deste já concluído, super barato e pronto a usar por 175 mil euros.

A Câmara fica com o seu património muito enriquecido e a possibilidade de uma racionalização rápida dos seus serviços, o que demoraria vários anos a fazer. As restantes atividades são públicas e os senhores têm-nas acompanhado porque constam do relatório.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Câmara: fruto de um feliz acaso, tivemos em Angra um evento que acabou por se revelar de grande promoção turística para o concelho e para a ilha. O jogo de futebol entre o Sport Club Angrense e o Futebol Clube do Porto, a contar para a Taça de Portugal, trouxe um protagonismo imediato à nossa cidade e à ilha e foi um sucesso em larga escala para o que temos para oferecer.

Tendo em conta este ponto de partida, pergunto o que é possível fazer no sentido de potenciar as instalações desportivas do concelho para a realização de estágios de pré-época para equipas estrangeiras, nomeadamente as do norte da Europa em que as suas competições param no inverno por questões climatéricas, para a realização de jogos particulares de qualquer modalidade desportiva ou para seleções nacionais.

Pergunto ainda o que é feito de uma promessa que saltou de documentos previsionais da Câmara ano após ano relativa à construção de um centro desportivo de alto rendimento no concelho.

Vemos aqui relatada na atividade municipal a promoção das Sanjoaninas nos Estados Unidos e no Canadá. Pergunto que diligências estão a ser feitas junto da SATA ou de outras companhias na procura de mais voos, Charters se possível, para que os nossos emigrantes e respetivas famílias possam regressar, deixar mais algum dinheiro e dinamizar as diversas atividades económicas que se desenvolvem durante as festas, porque todo o esforço feito pelo município na promoção da nossa terra cai por terra se a SATA não fizer a sua parte com aviões, horários e preços compatíveis. Sendo uma empresa pública regional, a SATA tem a obrigação de servir a ilha Terceira como o tem feito noutros destinos turísticos.

Sendo que as contas das festas Sanjoaninas do ano passado ficaram diluídas nas contas do município, visto que a Câmara foi responsável pela sua organização, gostaria que nos fizesse um ponto da situação da respetiva avaliação de custos no sentido de se evitar derrapagens financeiras, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores.

Quanto à incineradora, os partidos políticos representados nesta Assembleia Municipal apoiaram a realização daquele que foi o maior investimento no concelho nos últimos anos. As tecnologias de queima de resíduos de hoje em dia são muito mais seguras do que há 10 anos, temos um passivo ambiental e um problema de tratamento de resíduos para resolver mas queremos que aquilo funcione e se transforme numa mais-valia para o concelho sem custos acrescidos.

Tenho acompanhado com muita atenção as declarações públicas dos responsáveis pela TERAMB relativas à incineradora mas ainda me assistem algumas dúvidas relativas ao dimensionamento da própria infraestrutura porque o município está obrigado a cumprir vários critérios de redução, reciclagem e utilização que diminuirão a quantidade de resíduos a incinerar.

Há que ter em conta o teor de humidade dos resíduos produzidos na Terceira e nas outras ilhas que os exportam para cá para serem valorizados energeticamente na nossa incineradora. Ao que se sabe, esse teor de humidade é bastante mais elevado e implica uma capacidade calorífica menor do que se esperava. A TERAMB já explicou que tem sido o empreiteiro a arcar com os custos mas se houver um custo acrescido de gasóleo em vez de uma central de valorização energética de resíduos, teremos uma central térmica idêntica à do Belo Jardim que queima combustível em vez de resíduos para produzir energia.

Gostaria de saber se houve alterações ao projeto com a implicação de trabalhos a menos ou a mais e um pronúncio do Tribunal de Contas para evitar o que aconteceu na obra da Biblioteca Pública de Angra com vários problemas em relação ao que fora idealizado.

A ilha de S. Miguel não possui uma incineradora e a ilha de Santa Maria tem o centro de processamento de resíduos atrasado, com o aterro sanitário mais que esgotado com indicações de encerramento urgente por parte das instituições europeias.

Como os resíduos de Santa Maria estão a vir para a Terceira em vez de serem transportados para S. Miguel, como previa o Plano Regional de Gestão de Resíduos dos Açores, pergunto se vamos acabar por receber na Terceira todos os resíduos do arquipélago caso esta venha a ser a única incineradora dos Açores, correndo o risco de nos tornarmos no caixote do lixo da região.

Sr. presidente da Câmara: – Começo pelo fim porque não posso deixar de manifestar o meu desacordo e alguma indignação por este qualificativo do «caixote do lixo». Temos cá na ilha uma incineradora de excelente qualidade técnica que trata resíduos e não é o caixote do lixo de ninguém. O equipamento que cá temos não tem capacidade para tratar os resíduos provenientes de S. Miguel porque foi projetado para tratar os resíduos produzidos em 7 das 9 ilhas do arquipélago. Nem todos os resíduos das ilhas a oeste estão a vir para cá porque S. Jorge, Pico e Faial ainda não os enviam e não sei se o farão, porque há um aterro em funcionamento na ilha do Pico.

Estamos a receber todos os resíduos de Santa Maria, onde não há triagem, e uma quantidade muito reduzida de resíduos da Graciosa, das Flores e do Corvo onde é feita a triagem e vem para cá apenas o refugo. Ao contrário do que referiu, esses resíduos chegam cá secos e contentorizados com excelente qualidade para queima.

O objetivo da incineradora é a resolução do passivo ambiental que ali temos. Mesmo que deixássemos de produzir resíduos, o que não está nas nossas previsões, a incineradora teria cerca de 40 anos de resíduos acumulados para queimar. Como tem um tempo de vida a rondar os 25 anos, seria preciso construir uma outra incineradora para eliminar os resíduos que possuímos em *stock*. Ouvi a conferência do Bloco de Esquerda sobre essa matéria mas cada um tem a suas crenças e não vale a pena discuti-las.

A maior parte do consumo de gásóleo na incineradora deveu-se à responsabilidade do empreiteiro pelo facto de o interior do forno da incineradora ser revestido por um refratário que é cozido e seco no lugar, o que implica a manutenção do forno a 900 graus centígrados durante várias semanas devido a uma exigência do fabricante da turbina.

A incineradora, a caldeira e toda aquela tubagem foi soldada in loco e por mais cuidado que haja na soldadura, pode ficar algum pedaço de metal na tubagem. Como o vapor é injetado a uma velocidade quase super sónica, qualquer limalha projetada pode causar danos consideráveis nas pás da turbina que custa cerca de um milhão de euros.

Para cumprir uma garantia de 5 anos, o fabricante da turbina exigiu que a estrutura fosse purgada durante cerca de um mês com a produção e projeção de vapor para o ar antes da colocação da turbina, o que foi feito com gásóleo, como acontece em qualquer lugar do mundo. Sempre que um equipamento destes entra em linha é preciso utilizar um combustível auxiliar; na maior parte da Europa é usado gás natural, mas como não o temos cá, temos que usar gásóleo.

Quanto ao poder calorífero inferior dos resíduos, por causa da praga dos ratos, há uns anos os Serviços Municipalizados tomaram a decisão, que na altura pareceu acertada, de colocar um bujão na abertura dos contentores do lixo das zonas rurais para evitar a entrada dos ratos, mas também impedia a saída da água. Devido à chuva, a maior parte dos contentores tinha o lixo a nadar, nas primeiras semanas chegava à incineradora mais água do que lixo e a coisa resolveu-se com a colocação de drenos nos contentores.

Não houve alterações ao projeto que implicassem custos extra, todos os vistos do Tribunal de Contas foram concedidos atempadamente e temos o processo encerrado. O último visto que era necessário chegou há cerca de uma semana, tem a ver com o centro de processamentos de resíduos orgânicos para tratar os resíduos do matadouro e a obra foi concluída com grande profissionalismo pela equipa que a conduziu com grande contenção de custos.

Para finalizar, as contas das Sanjoaninas são bastante mais rigorosas do que era costume porque são aprovadas com a conta da Câmara e não há contas paralelas nem dinheiro escondido em lado nenhum. Há um centro com todos os custos, incluindo os que não costumavam lá aparecer, como a mão-de-obra e a atividade da própria Câmara, e passámos a ter uma contabilidade bastante mais segura que estará patente na conta que será apresentada aqui.

A SATA aceitou a fazer voos diretos da Califórnia para cá durante as festas, algo que tinham decidido não fazer mas vão fazê-lo ainda este ano dentro dessa coordenação que foi feita; espero que seja um sucesso e que a insistência valha a pena.

Quanto ao desporto, tenho que dar os parabéns e reconhecer o mérito ao Sport Club Angrense pelo que fez com grande qualidade e nós apenas aproveitámos como pudemos.

Não consta de nenhum documento da autoria desta Câmara a instalação de qualquer centro desportivo de alto rendimento; não temos essa intenção de investimento, porque não existem fundos comunitários para tal e já existe um parque desportivo regional e a questão não me diz respeito porque selecionei as promessas que fiz e não as dos outros.

Como o senhor deputado tem assento noutra assembleia, pode levar para lá a notícia de que a Câmara de Angra teria imenso gosto em ver o parque desportivo da Terceira a ser utilizado para os fins que o senhor referiu; tem desde já o nosso mandato para defender essa causa.

Interrupção dos trabalhos durante cerca de 20 minutos para assistir ao desfile de carnaval das crianças das escolas pela rua da Sé.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Senhor presidente, correndo o risco de me tornar repetitiva, reparei que os quadros da receita e da despesa no relatório da atividade municipal da Câmara estão de novo desfocados.

Gostaria que o senhor presidente nos informasse a respeito da intervenção que está a ser feita na mata de eucaliptos na Canada da Luz. Pensei que o fim da obra ia resolver o problema de S. Carlos mas, pelos vistos, vai terminar na Canada do Celis; acontece que já desbastaram a mata toda e, segundo informação prestada pelos mestres, será ali construído um loteamento para habitação.

Sr. presidente da Câmara: – Apresento as minhas desculpas pela desfocagem dos documentos e vamos tentar ver se o setor da informática resolve a situação. Quanto à mata, apesar de me ter já sido colocada a questão, segundo sei e como referiu, a obra termina na Canada do Celis. Que me lembre, não passou por aqui nada sobre essa questão, a Câmara não tem a seu cargo a desmatagem e o licenciamento é feito pelos serviços florestais.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Nas páginas 44 e 45 faz-se referência aos campos de futebol dos Leões do Porto Judeu e do Boavista da Ribeirinha. Gostaria de saber em que condições se encontra o recinto dos Leões do Porto Judeu, que está fechado e não há equipa que o utilize, porque a direção do clube vai impondo algumas condições sempre que se pede para utilizar aquele espaço. É um investimento público que se encontra desaproveitado, existe muita procura de campos disponíveis e ali esbarra-se sempre em qualquer coisa.

O campo do Boavista da Ribeirinha encontra-se interdito devido às derrocadas de que foi vítima nos últimos temporais e, nas páginas 44 e 45 do relatório da atividade municipal, não vejo qualquer referência às obras ali necessárias. Andam a pentear o sintético e quando por lá

passamos vemos um buraco, enquanto o Boavista vai jogando nos campos de Angra ou do Barreiro.

Gostaria de saber se está resolvido o problema burocrático de licenciamento de espaços do Sporting Club os Leões, se é a Câmara a gestora daquela entidade ou a direção da coletividade e se nos pode adiantar alguma informação relativa à requalificação do campo do Boavista da Ribeirinha.

Na página 52 deste relatório da atividade municipal são referidos ajustes diretos para a aquisição de serviços de direção artística no âmbito das Sanjoaninas e, que eu tenha conhecimento, no ano passado foram feitos pelo menos dois ajustes de valores relativamente simpáticos. Gostaria que o senhor presidente da Câmara me dissesse a quem foram feitos estes ajustes, quais as obrigações e como decorreu todo o processo.

Sabendo-se que foi novamente concessionada à Tertúlia Tauromáquica Terceirense a realização da feira taurina de S. João 2016, gostaria que me confirmasse se recebeu propostas de outras entidades para a realização da feira e se algumas dessas eventuais propostas eram mais baratas do que habitualmente a Câmara Municipal disponibiliza para a realização desta feira taurina.

Sr. presidente da Câmara: – Tenho lidado pessoalmente com a questão. Além da proposta da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, apareceram mais duas com algum grau de estruturação e uma manifestação de potencial intenção. Após uma análise conjunta com os vários intervenientes da festa brava, chegou-se à conclusão que seria melhor manter-se o acordo apesar de todas as peripécias conhecidas.

Duas propostas provinham de entidades privadas de fora da ilha com um currículo respeitável na área dos touros, o que implicaria a entrega da organização da festa a entidades exteriores, uma solução que não reuniu o consenso dos diversos intervenientes. A outra proposta partia de uma entidade da própria praça que acabou por chegar a um entendimento com a Tertúlia.

Duas das três propostas fundiram-se, ficando de fora uma proposta e uma intenção provenientes de privados que não poderiam ser contratualizados no modelo que estava a ser seguido, por se tratar de entidades com fins lucrativos e a sua aceitação implicaria a abertura de um concurso público.

A intenção de manter o controlo da feira taurina nas mãos de entidades terceirenses ligadas à festa brava aconselhou um esforço de fusão entre as duas propostas locais sem fins lucrativos, resultando numa proposta de uma negociação que envolveu um número alargado de pessoas.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores e senhores deputados municipais. Em resposta ao senhor deputado Pedro Ferreira, começo por dizer que os campos do Sporting Club os Leões e do Boavista da Ribeirinha foram integrados no parque desportivo municipal.

O caso do campo dos Leões era mais delicado porque o clube continua ainda com algumas dificuldades, embora se encontre numa fase de retoma da sua atividade, e tivemos que intervir no campo com alguma rapidez. Ativámos a energia elétrica e o abastecimento de água, procedemos a algumas intervenções de pormenor para permitir que o clube fizesse alguns treinos no recinto e não tem havido grandes problemas em termos de articulação entre o gabinete do desporto e o clube para que possam lá praticar a atividade.

O campo do Boavista da Ribeirinha era uma prioridade devido aos estragos provocados pelas intempéries. Temos o concurso público em execução, dentro de pouco tempo devemos ter concluída a adjudicação da empreitada e vamos iniciar os trabalhos de reconstrução daquela parte do muro de suporte do campo.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores deputados.

Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Pedro Ferreira a respeito da direção artística das Sanjoaninas, seguimos a sugestão da anterior comissão, mantendo o senhor José João Dutra que possui uma larga experiência por colaborar há vários anos com as Sanjoaninas e com as festas da Praia da Vitória. A outra pessoa é alguém igualmente com a experiência necessária para a organização de festas e desfiles de grande envergadura.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Se me for permitido, deixo uma sugestão com a concordância do senhor presidente da Mesa da Assembleia e do senhor presidente da Câmara. Os documentos da Câmara Municipal poderão ser entregues de forma assinada e certificada ao senhor presidente da Mesa da Assembleia mas também através da conversão direta do formato Word para PDF sem passarem pelo digitalizador, o que permite a redução do tamanho do ficheiro, mantendo a qualidade. Acontece que os documentos estão a ser impressos em papel para poderem ser assinados e são digitalizados posteriormente, o que implica a perda de qualidade e o aumento do tamanho dos ficheiros.

Sr. presidente da Câmara: – Dou razão ao senhor deputado Péricles Ortins. O problema da desfocagem dos documentos referido há pouco deve resultar da sua digitalização porque o meu documento não está assim. Estamos a submeter vários documentos com assinatura eletrónica e a chefe de gabinete tem a possibilidade de o fazer podendo submeter os documentos devidamente certificados com a qualidade original. Com a permissão do senhor presidente da Mesa, podemos acertar com os serviços e o assunto fica resolvido.

Sr. presidente da Mesa: – Há uns anos, juntamente com um amigo fui arrolado como testemunha de uma pessoa conhecida. Enquanto eu prestava declarações na PSP, o meu amigo ficou à espera. Como era uma pessoa muito nervosa, quando foi chamado e o agente começou a questioná-lo, sem ter ouvido nada do que eu tinha dito, ele disse: «Faço minhas as palavras do doutor Ricardo Barros.» Assim estou eu em relação a isto; não percebo nada de informática mas faço minhas as palavras do senhor deputado Péricles Ortins e do senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quando lancei a tirada do caixote do lixo, foi com a intenção de o provocar, senhor presidente da Câmara. O mercado dos resíduos pode bem ser um aliciante económico e, se por alguma razão tivermos que prestar esse tipo de serviço, ao menos que o façamos render.

Gostaria de saber se foi efetuada a receção provisória da obra da incineradora, se estão conformes todos os pareceres, nomeadamente o da empresa de fiscalização, e se é verdade que, devido ao teor de humidade, se gastavam cerca de 7 mil litros de gasóleo por dia quando se começaram a queimar resíduos e por que razão a incineradora começou a funcionar sem uma bomba de lixiviados no *bunker* e nem o funcionamento da trituradora de resíduos.

Sr. presidente da Câmara: – Para que conste da ata, gostaríamos de receber resíduos, seria um bom negócio, mas aquela estrutura foi projetada para um máximo de 60 mil toneladas, esticando muito a corda, insuficiente para servir o arquipélago inteiro porque foi concebida no âmbito de um plano regional que prevê a existência de duas estruturas. Talvez saísse mais barata a construção de uma só estrutura mas teríamos o problema da dificuldade dos transportes marítimos e creio que esta opção é a mais correta. Não é possível receber os resíduos de todas as ilhas sob pena de mantermos o nosso passivo ambiental porque esgotaríamos a capacidade do equipamento.

A queima do gasóleo não tem apenas a ver com a questão do teor de água dos resíduos e foi necessário manter uma produção de vapor na casa das 12 ou 14 toneladas/hora para fazer a purga do equipamento. A partir do momento em que o refratário ficou em condições de aceitar resíduos, os mesmos começaram a ser utilizados para reduzir a queima de gasóleo mas a purga continuou, exigindo quantidades de vapor que não se atingem apenas com resíduos com estas características.

Houve uma receção provisória parcial do equipamento e está a ser testada a turbina e a parte elétrica que será recebida após a conclusão dos respetivos ensaios. Alguns equipamentos tiveram que ser substituídos, além de outras questões que foram resolvidas, o que é perfeitamente normal numa estrutura com aquela complexidade, algo que continuará a acontecer ao longo dos próximos 5 anos, período em que o equipamento funcionará sob a garantia do seu fornecedor.

A ausência da bomba justifica-se pelo facto de não se contar com tanta água nos resíduos pelas razões que referi há pouco relacionadas com os bujões dos contentores. A bomba não fazia parte do projeto porque não é costume isso acontecer e a questão foi devidamente resolvida.

O tritamento não estava previsto porque nos julgávamos sem folgo financeiro para tal. Quando tencionávamos continuar a utilizar as instalações do matadouro para esse fim, tomámos conhecimento de que o financiamento passaria de 85 para 100%. Já que tínhamos oportunidade financeira, resolvemos construir um equipamento para servir toda a ilha porque existe a possibilidade de fornecimento de resíduos com essas características por parte de outras entidades.

Fez-se os possíveis para não deixar a TERAMB endividada logo à partida e aproveitou-se o financiamento generoso para construirmos uma instalação nova de trituração que permitirá tratar os resíduos animais com outra qualidade e segurança.

Volto a lembrar o trabalho notável desenvolvido pela equipa da TERAMB composta por gente competente e capaz que prestou um enorme serviço a este município e aos nossos vizinhos da Praia da Vitória.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Senhor presidente da Câmara, à exceção da eventual contratação de algum artista tauromáquico da ilha, o dinheiro da feira de S. João não fica cá na terra e o senhor acabou por não me responder se o valor de alguma das outras propostas seria mais baixo do que habitualmente a Câmara costuma pagar à Tertúlia para a organização da feira taurina de S. João.

A senhora vereadora falou no nome de uma pessoa e não referiu a outra mas não lhe pedi que referisse alguém em particular; apenas a questioneei a respeito dos ajustes diretos e respetivos valores porque as comissões anteriores das Sanjoaninas sempre tiveram diretores artísticos voluntários que não recebiam os milhares de euros que estas duas pessoas vão receber pelo segundo ano consecutivo.

Senhor vereador Guido Teles, pelo que entendi das suas palavras, quem quiser utilizar o campo dos Leões do Porto Judeu procura a Câmara Municipal e o parque desportivo municipal, certo? Muito obrigado.

Sr. presidente da Câmara: – As perguntas são simples e respondo de imediato porque aqui quem decide e fala sou eu. Eventualmente, uma das propostas poderia levar a um valor inferior mas não foi feita uma análise tão profunda que o pudesse garantir e há um conjunto de componentes incluídas no protocolo com a Tertúlia que precisariam de ser também faturadas, como as touradas à corda, as esperas de gado e outros eventos.

Além da praça, esse protocolo abrange também a vertente de rua, optou-se pelo âmbito associativo em vez da componente comercial e os 100 mil euros com que a Câmara contribui não teriam uma redução muito acentuada, podendo até aumentar se lhe juntássemos a vertente de rua.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – O ano passado foram feitos ajustes diretos e não me recordo dos valores mas, como a lei da contratação pública obriga, este ano foram todos reduzidos. Os valores não foram muito diferentes em relação a 2014 em que já se faziam ajustes diretos para a contratação artística.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Senhor presidente, gostaríamos de saber se já tem o licenciamento para funcionamento e produção de eletricidade na rede pública.

Sr. presidente da Câmara: – Temos licença de produção, a estrutura já se encontra integrada na rede pública, estamos a fazer treino do pessoal e a produção ainda é intermitente com treino de paragens de emergência com equipas diferentes. Há um treino conjunto entre equipas da EDA e da TERAMB nos dois extremos da linha, algo um pouco difícil, dada a percentagem elevada da produção da ilha e da potência instalada e testa-se o procedimento adequado na eventualidade de falta de energia. Do ponto de vista regulatório estamos completamente integrados com todas as valências devidamente licenciadas.

Sr. d. m. Artur Lima: – Cumprimento o senhor presidente e restante Mesa da Assembleia, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e senhores deputados.

Julgo que lhe foram feitas perguntas concretas e objetivas, senhora vereadora. Como ficámos agora a saber que as Sanjoaninas têm uma direção artística paga, queremos saber quem é esta direção artística, quanto ganha e quanto custam estes ajustes diretos ao pormenor. Se a senhora não possui esses dados, solicito um intervalo ao senhor presidente da Mesa porque esta Assembleia deve ser informada dos valores que a senhora contratou, a quem, porquê e quais os critérios de seleção porque os vossos são muito peculiares.

Queremos entender o que se passa com a direção artística das Sanjoaninas que sempre funcionaram com grupos de voluntários, esses sim, de verdadeira missão de espírito e entrega ao concelho sem ganharem um tostão. Já ouvi aqui elogios a quem é pago quando cumpre a sua missão mas nunca ouvi elogios a quem trabalhou de graça ao serviço desta Câmara, deste concelho e das Sanjoaninas.

Sr. presidente da Câmara: – Enquanto a senhora vereadora vai consultar esses valores, porque é bom que sejam conhecidos, esclareço que estamos a falar da direção artística respeitante à conceção e direção do desfile da rainha, das crianças e da noite das marchas. Optou-se pela mesma pessoa do ano passado porque não vale a pena mexer quando as coisas correm bem.

Quanto aos agradecimentos ou elogios referidos pelo senhor deputado Artur Lima, recordo que por várias vezes agradeci aos voluntários e a todos os que se têm empenhado na organização das Sanjoaninas e continuamos a precisar deles porque as festas envolvem muitas centenas de pessoas que merecem o nosso máximo respeito e agradecimento.

1.2 – Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2016, a qual apresenta na receita, um valor de 1 209 940,78 €, na despesa um reforço de 1 377 775,78 € e anulações no valor de 167 835,00 €. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta revisão é feita num período relativamente anormal, ou seja, costumamos fazer a primeira revisão aquando da aprovação da conta e da transição de saldos. Procura-se concretizar uma proposta muito bem feita pelo grupo municipal do Partido Socialista na última sessão da Assembleia.

Por razões legais não era possível integrar de imediato aqueles valores no orçamento da Câmara e estamos a fazê-lo agora porque temos um conjunto de obras que precisam rapidamente de execução financeira. Para além do dinheiro que tínhamos recebido naquele tempo, recebemos já a parte da comparticipação AARAL no pavilhão do Posto Santo, dinheiro que pode e deve ser colocado à disposição dos investimentos necessários.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor, (24 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 9 abstenções, (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.3 – Plano Municipal de Ação de Resíduos Urbanos do Concelho de Angra do Heroísmo, para um horizonte de 10 anos (início em 2016 e término em 2025), para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de uma obrigação legal desde 2012. A Câmara anterior tinha elaborado o documento mas não o submeteu à aprovação e temos que o formalizar e colocar em vigor para cumprirmos as obrigações da declaração de impacto ambiental da Central de Valorização Energética.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Enquanto responsável pelo ambiente, o senhor presidente da Câmara foi responsável pela elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Resíduo dos Açores.

Sr. presidente da Câmara: – É anterior mas tenho pena porque seria bom para o meu currículo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente encontrou este documento numa gaveta e teve que o implementar porque os dados que nele constam são relativos a 2012, o PEGRA deveria ter sido implementado até 2013 e, como tal, o Governo Regional dos Açores teve que elaborar um documento mais atualizado que agora se chama de PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores).

Sr. presidente da Câmara: – Posso explicar-lhe porquê.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor explica-me a seguir e vai divertir-se imenso com isso porque tem a ver com o decreto-lei 29/2011/A de 16 de novembro que a gente bem conhece. O problema é que o documento que vai hoje ser votado contém referências ao PEGRA e parece que não existe um documento novo que foi aprovado em janeiro passado.

Sr. presidente da Câmara: – Ainda não foi publicado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Então teremos que vir à Assembleia Municipal atualizar o novo documento porque houve um que foi aprovado na Assembleia Regional o mês passado e andamos para trás e para diante. Tudo isto se deve à incompetência das câmaras anteriores que não fizeram o que a lei obrigava e aos atrasos na estratégia regional de gestão de resíduos.

Os défices financeiros de exploração estão calculados na casa dos 400 mil euros ao ano e deveriam encontrar-se mecanismos através da produção de energia elétrica ou outro qualquer fornecimento de serviços que contribuísse para que esse défice se refletisse na fatura dos municípios. É uma obrigação e faz falta, mas como os dados estão atualizados até 2012 ou 2013, vamos votar um documento desatualizado que passou por muitas trapalhadas.

Sr. presidente da Câmara: – Assumo a responsabilidade pelo atraso do documento mas tomei as medidas necessárias para que o mesmo fosse validado. A elaboração do PEPGRA resulta de uma alteração da diretiva comunitária que alterou o nome do documento e o anterior deveria ter sido concluído e publicado até 2013. Quando fui secretário do ambiente iniciaram-se os procedimentos e estava em plena elaboração quando de lá saí.

Repito o que disse há cerca de um ano e meio a respeito da Carta Escolar. Porque este há de ser visto como um documento intercalar, a devido tempo teremos que elaborar outro devidamente atualizado e mais consentâneo com a realidade atual das tecnologias do mundo da gestão dos resíduos, que se têm vindo a alterar rapidamente, embora a questão dos dados seja irrelevante

porque as variações são na ordem dos 3 ou 4% e as coisas não se alteraram de forma substantiva.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, senhores deputados municipais.

Agradeço a sua explicação pedagógica a respeito da passagem do PEGRA ao PEPGRA, porque quase todos os planos que temos, aprovados por esta governação socialista e também os municipais, resultam de obrigações de transcrições diretivas europeias. Somos obrigados a fazer os planos que são muito ricos em termos de diagnóstico e muito parcós em medidas para atingirem os objetivos. Foi assim com o PEGRA e o senhor presidente da Câmara sabe que não se tratou apenas de uma mudança de nomenclatura.

É estranhíssimo que o decreto legislativo regional que faz o enquadramento jurídico do PEPGRA tenha sido publicado há 4 anos, antes de aparecer o próprio plano. Primeiro fazemos o plano e depois o seu enquadramento jurídico, com o PEPGRA foi exatamente ao contrário e demorou-se 4 anos.

Sr. presidente da Câmara: – A senhora deve esclarecer esse assunto na Assembleia Legislativa Regional.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Já esclareci e apenas lhe estou a dizer que não se tratou apenas de uma mudança de título. O PEGRA prevê a produção de resíduos e a sua valorização, mas não o fez, por isso houve a necessidade do PEPGRA para a prevenção e, em 2016, apresenta-nos um diagnóstico da situação dos resíduos para o município com valores de 2012.

O facto de termos uma taxa de reciclagem e valorização de 50% nalguns casos e de 70% noutros, num espaço de 4 anos, parece-me claramente excessivo. A escolha seletiva em média na região neste momento é de 33%, altamente inflacionada pelas ilhas mais pequenas onde essa recolha seletiva está a ser bem feita.

Se não conseguimos uma taxa de recolha seletiva de 30% e aplicarmos outra taxa em cima sobre os resíduos não recicláveis, como é que se pretende uma valorização de resíduos na ordem dos 50 e 70% num horizonte temporal de 4 anos?

Os resíduos de 1,68% resultantes da construção e demolição...

Sr. presidente da Câmara: – Esses resíduos não são municipais, senhora deputada. Leia a lei sobre os resíduos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – É apresentado no seu plano e tem que dar resposta. Se neste momento temos uma taxa de apenas 1,7% dos resíduos de construção e demolição entregues ao município, onde estão a ser entregues os restantes? Como é que o senhor pretende passar de uma taxa de reciclagem desses resíduos de 1,7 para 70%?

Sr. presidente da Câmara: – Que confusão vai aí...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – São aqui referidos sucateiros com estatuto desconhecido. Desconheço o que o senhor quer dizer com isto e não sei quem tem a obrigação da fiscalização desses sucateiros detentores de uma quantidade enorme de resíduos que não estão a ser tratados nem classificados.

Se olharmos para uma das últimas tabelas, com o seu plano escalonado, verificamos que quase todas as medidas que o senhor pretende implementar estão em estudo. Das poucas que estão em execução, uma é o controlo de roedores, o que não deixa de ser interessante porque o senhor há dois anos garantiu-me que não havia aquelas pragas de patinhas a circular no mercado de Angra. Acho interessante que tenha um plano de roedores quando garantiu nesta casa que não havia roedores. Se acha que não vale a pena explicar, diga-o a esta Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – As metas comunitárias estão legalmente estabelecidas e estamos a fazer um esforço grande para as atingir até 31 de dezembro de 2020; temos essa obrigação do ponto de vista legal e contratual com a região e têm a ver com o licenciamento da incineradora.

Leia o decreto legislativo regional respetivo. A responsabilidade de recolha dos resíduos de construção e demolição não é municipal, exceto os resultantes de pequenas obras isentas de licenciamento que produzam menos de 1,1 m³ ou 250 quilos de peso, o que representava pouco mais de 1% do total em 2012.

Os resíduos resultantes da maior parte das obras são entregues diretamente pelo empreiteiro a uma entidade licenciada para o efeito, sem passarem pela Câmara, com a obrigatoriedade de reciclagem de 70% desses mesmos resíduos como consta da licença ambiental dessas entidades e cuja fiscalização cabe ao Governo Regional.

Temos dois depósitos de sucata numa situação indeterminada no concelho, uma matéria que preocupa esta Câmara e sobre a qual já oficiámos a inspeção regional do ambiente. São indeterminadas porque há um entendimento diferente sobre a sua situação; nós considerámo-las ilegais mas a Inspeção Regional do Ambiente assim não o entendeu.

Foi-nos prometido que as situações se resolveriam num período relativamente curto e as sucatas estão a ser retiradas desses locais. A senhora presidente da junta de freguesia da Feteira expressou uma grande preocupação sobre o assunto e vamos ver se o prometido será cumprido. Do meu ponto de vista, a situação daqueles depósitos de sucata é ilegal, mas a competência da fiscalização é da Inspeção Regional do Ambiente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Temos estado aqui a discutir de forma descontraída mas ninguém está a brincar com assuntos sérios. Ao questionarmos o senhor presidente da Câmara, esperamos que nos responda sem considerações de que não vale a pena responder porque é muito complicado. Seria bom que não se passasse atestados desses a ninguém cá dentro porque ninguém tem estatuto para o fazer.

Sr. presidente da Câmara: – Se não receber nenhum atestado também não o devolverei. Podemos fazer um tratado de paz...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Mesa, gostaria de saber a razão pela qual ninguém interrompe o senhor presidente da Câmara durante as suas intervenções enquanto ele interrompe toda a gente no decurso dos trabalhos.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, os apartes são permitidos e não vi nenhum desrespeito como aconteceu algumas vezes no passado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como o microfone está ligado, parece-me uma intervenção e não um aparte. Se me for permitido continuar a minha intervenção para a qual estava inscrito, gostaria de continuar.

Senhor presidente da Câmara, a questão relativa ao planeamento das ações para a vigência do plano municipal é muito pertinente. Quando as ações para a vigência do plano estão no limbo, em estudo, temos toda a legitimidade para questionar o que vai acontecer.

A Câmara Municipal está obrigada a implementar todas estas medidas e nós, que apoiámos estas metas de tratamento e valorização de resíduos e a construção e implementação de uma incineradora, também temos a responsabilidade de querer que isto seja tudo muito bem feito, para que aqueles que tenham outra opinião não nos venham dizer que eles é que tinham razão. O PSD e o CDS-PP querem que isto funcione, por isso pretendemos fiscalizar a implementação destas medidas.

Havia metas, objetivos e datas calendarizadas no PEGRA que não foram cumpridas, devido a um conjunto de problemas relacionados com as empreitadas e questões judiciais resultantes de mau planeamento; agora temos um plano municipal que é de lei e queremos um bom

planeamento para que não aconteça o que muita gente prevê que é um predomínio da queima sobre as outras componentes da reciclagem, da redução, da valorização, da reutilização e do comércio de artigos em segunda mão.

Pretendemos um bom planeamento e responsabilização para que as coisas se consigam fazer. As boas intenções cabem todas no papel mas temos que ver se são executadas com responsabilidade.

Sr. presidente da Câmara: – Em termos gerais o senhor deputado Rendeiro tem toda a razão. Apoio o que aqui foi dito porque há todo o interesse em que isto seja bem executado. O plano tem este carácter intercalar com poucas alterações e pequenos retoques e precisa de um novo pensamento e profundidade nas medidas que vão ser executadas. Esta Assembleia receberá a devido tempo um novo plano mas este foi o possível face a todas as questões que rodearam a sua elaboração.

O documento aponta para um conjunto de metas obrigatórias e o detalhe de cada uma das medidas será devidamente preparado. Já foi dada execução à criação de um sistema municipal único para a reciclagem na ilha e a breve trecho será aberto o concurso para a operação da reciclagem para renovar o contrato existente com a RESIAÇORES, visando a inclusão destas metas e obrigações que terão que ser partilhadas por ambos os municípios da ilha e por quem tiver a seu cargo a operação do centro de triagem e exportação.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O Ponto 3.3.2 refere: «*Atualmente o modelo de gestão nos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo assegura a recolha e encaminhamento a destino final adequado dos seguintes resíduos urbanos (...) Nº 7 – Resíduos de construção e demolição, quando em pequenas quantidades.*» Quer-me dizer que apenas são entregues 1% porque todos os outros estão acima da monta? Se são acima da monta é importante saber-se onde estão a ser entregues.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse se os SMAH é que estão a fazer a recolha, separação e encaminhamento de todos estes resíduos. Este não me parece um trabalho para os Serviços visto que é feito por uma empresa privada que não consta do sistema atual.

No objetivo 3, garantir a sustentabilidade do sistema, é referido: «*Para conseguir o tal acréscimo de 70% da recolha seletiva até 2020, as ações efetuadas são as seguintes: Implementar progressivamente o sistema PAYT...*», poluidor pagador, ou seja, vai começar a cobrar a quem polui. «*Criar mecanismos económico-financeiros para incentivar a separação e entrega de resíduos com penalização, prémio, etc.*» Portanto, vai haver alteração das taxas.

Percebo a sua preocupação em aprovar isto para poder licenciar a incineradora. Sendo uma pessoa da área com todas estas preocupações, se já existia este rascunho e estando este executivo em funções há 2 anos e 4 meses, não houve tempo suficiente para se fazer a versão final mais cuidada e pensada do plano, sabendo-se que o mesmo teria que ser aprovado para que se pudesse dar início ao funcionamento da incineradora?

Sr. presidente da Câmara: – Tomei conhecimento do documento há muito tempo, era adequado ao que estávamos a fazer, parti do princípio que teria passado por aqui e estaria aprovado mas trata-se de uma questão mínima.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – ...Não inviabiliza a sua incineradora?

Sr. presidente da Câmara: – Não inviabiliza coisa nenhuma porque o licenciamento da incineradora está feito. Vamos pôr os pontos nos is. Eu quero ter tudo certo de acordo com o que nos comprometemos na DIA (Declaração de Impacto Ambiental) que prevê a existência desse documento.

Quanto aos entulhos, creio que toda a gente já entendeu que as grandes obras são entregues diretamente a quem se encontra licenciado; que eu saiba, há três empresas licenciadas na ilha,

um negócio entre empreiteiros e processadores de resíduos. A Câmara apenas é parte no caso das pequenas obras não sujeitas a licenciamento e quando o volume não excede os 250 quilos ou 1 100 litros, o que corresponde a uma percentagem muito pequena dos resíduos de construção e demolição.

O PAYT foi aqui aprovado, encontra-se em vigor e está a ser operacionalizado, pouco a pouco, consoante as condições técnicas o vão permitindo. Vai ser dado um grande passo com o novo concurso para o fornecimento do serviço de triagem e exportação a ser lançado ainda este mês que vai renovar o concurso existente com a RESIAÇORES que, desde 2009, é responsável pela recolha dos resíduos industriais, mas cabe aos Serviços Municipalizados a supervisão e o cumprimento das metas. Com o novo concurso haverá novas e mais apertadas regras quanto às metas a atingir.

Sr. d. m. Artur Machado: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Li o documento com atenção e tirei as minhas as conclusões como leigo, talvez como a maior parte das pessoas nesta sala. Para além dos objetivos legais, com uma redução substancial de 50% até 2020 e depois de 70%, este plano contém um grande número de medidas interessantes e a negação da sua implementação revela uma visão bastante pessimista.

O senhor deputado Rendeiro expressou o receio de que a queima seria a única solução, o que não acontece em lugar nenhum do mundo onde exista uma preocupação séria com os resíduos. A queima aparece em 4º lugar como alternativa de produção de energia; se fosse a solução, não estariam aqui enumeradas com rigorosa hierarquia, a prevenção, a redução, etc.

Este plano traz-nos a implementação de medidas muito positivas como o PAYT e a formação e educação da população sobre o funcionamento de um ecoponto que conduzirão a um maior cuidado na produção de resíduos. Além da recolha seletiva, a questão energética trará um grande contributo para a redução do défice.

Na primeira parte do século XXI a incineração era muito discutida devido à qualidade dos filtros mas todas essas questões se resolveram e a ilha Terceira tem uma solução com futuro e sustentável para os seus resíduos. Com todos os pontos e vírgulas que lhe faltem, a implementação deste projeto é extremamente interessante.

*Não se registando mais intervenções e após votação, **O Plano Municipal de Ação de Resíduos Urbanos do Concelho de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.3 foi aprovado por maioria com 28 votos a favor; (22 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 9 abstenções, (5 do PSD, 4 do CDP-PP).***

1.4 – Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Entre as obrigações de acesso aos fundos de pré-regeneração urbana do atual quadro comunitário está o mapeamento das ações que venham a ser executadas. Trata-se de uma obrigação regulamentar que surgiu no último semestre quando começaram os avisos para a abertura dos eixos de financiamento na área da regeneração urbana.

Todas as autarquias que se pretendam candidatar a estes fundos terão que elaborar um documento desta natureza com a inclusão de todas as ações que possam eventualmente vir a ser executadas. Não se trata de um compromisso no sentido de fazer o que aqui está, mas sim um mapeamento de elegibilidade para estas ações.

Na aprovação do orçamento de cada ano, cada câmara e cada assembleia municipal escolherá o que entender com a certeza de que nunca será possível executar tudo o que aqui está. Os fundos

comunitários disponíveis para a Câmara de Angra nesta matéria nunca excederão os 8 a 12 milhões de euros, o que não cabe neste financiamento. A escolha dos projetos e o ritmo da sua execução serão determinados anualmente quando aprovarmos os planos e orçamentos municipais e aí serão feitas as escolhas necessárias.

Em princípio, este documento terá uma validade até 2020 porque, como aconteceu com documentos semelhantes, a administração e a União Europeia poderão permitir a sua revisão a determinada altura. Nos quadros passados foram revistos documentos com o mesmo tipo de objetivo na fase final de execução do quadro de acordo com a disponibilidade de verbas.

Este documento junta o que a Câmara tinha adquirido num estudo feito sobre a cidade pela PT Inovação com outra informação estatística detalhada, o que nos permite um conhecimento mais profundo da evolução da cidade e da economia do seu espaço territorial. Para que fique claro e não se crie a ilusão de que vamos encher a cidade de obras, isto não é uma lista de promessas e a Câmara apenas escolherá o fazer a determinada altura.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Devemos realçar que este plano é importante e um bom trabalho relativamente à forma como é apresentado. Está, em linhas gerais, bem feito, é bom para Angra e é um passo que devemos seguir com atenção, independentemente do que está proposto.

É natural não estarmos de acordo com algumas ações e as soluções propostas poderão ser depois discutidas caso a caso; noutros casos, há soluções importantes com consenso alargado em relação à sua possível concretização mas gostaria de pedir esclarecimentos sobre alguns projetos em curso.

A ação Nº 1 fala do Fanal como zona balnear com uma verba inicial prevista de 836 mil euros, ao contrário do que o senhor presidente referiu tratar-se de uma zona de banhos.

Relativamente à ação Nº 2, a ligação pedestre Relvão/Fanal, pergunto se será possível também uma ligação de trânsito num só sentido, à semelhança do que está feito na zona da Rocha.

Gostaria de pedir também alguns esclarecimentos relativos à Fanfarra Operária e às igrejas concecionistas, situações que não estão determinadas no que respeita a obras porque temos duas igrejas há muito tempo em ruínas.

Numa primeira análise, parece-me bem a ligação da rua da Boavista à rua Padre Máximo mas, como já está em projeto, peço ao senhor presidente da Câmara que nos forneça mais alguma informação.

Pergunto também o que está pensado em relação ao quarteirão da moagem e à ligação à outra ação da zona verde por se tratar, na sua maioria, de propriedade privada, embora se encontre numa zona privilegiadíssima em relação à cidade.

Por último, peço-lhe que nos esclareça sobre o plano estratégico de que se fala nas ações 35 e 37 e a respeito do Clube Náutico, referido na ação 24, porque, para além da Câmara Municipal, deveria contar também com o envolvimento da Associação de Portos ou do Governo Regional, à semelhança do que foi feito noutros clubes náuticos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Este plano decorre de uma obrigação que a União Europeia impõe às autarquias com vista a candidaturas a fundos comunitários. O plano está feito e submetido à consideração desta Assembleia, contém um conjunto de dados interessantes do ponto de vista estatístico e de conhecimento da realidade do concelho mas não posso deixar de chamar a atenção para um erro repetido do orçamento da Câmara que são os investimentos previstos para Angra do Heroísmo. A fonte é o orçamento da região autónoma dos Açores para 2015. Depois, nos investimentos previstos para Angra, oito são investimentos do Governo Regional para o concelho da Praia da Vitória.

Conforme já tínhamos falado anteriormente, não deixa de ser curioso verificar um conjunto de afirmações que alegadamente decorrem das intenções do senhor presidente da Câmara porque

ninguém conhece o dito estudo, à exceção de alguns empresários e da comunicação social que já o divulgou.

Fala-se aqui da criação de novos parques de estacionamento gratuitos nas zonas periféricas, de parques pagos na rua do Rego, no largo Prior do Crato, na rua do Marquês e na praça Dr. Sousa Júnior, a não ser que aquele jardim se transforme num parque de estacionamento juntamente com a antiga residencial Cruzeiro.

Há outras coisas engraçadas deste estilo: «*Na sequência da reorientação dos fluxos de trânsito e da localização da oferta de estacionamento, será possível a criação de novos eixos pedonais que liguem a marina ao Monte Brasil através do encerramento da rua da Oliveira.*» Onde isto está previsto para o podermos aprovar? Afinal, tudo o que o senhor presidente da Câmara quer que conste do estudo de trânsito que encomendou e ninguém conhece, já consta do PIRUS para aprovação.

Por fim, uma observação que me deixou bastante satisfeito, senhor presidente. Como todos sabemos, o candidato à Câmara Municipal de Angra Álvaro de Meneses foi dando sempre a entender que era contra o cais de cruzeiros no Porto das Pipas e ficará para a história como o presidente de Câmara que, pouco tempo depois da tomada de posse, conseguiu convencer o Governo a prescindir deste investimento público de 60 milhões para a ilha Terceira, reunindo em Angra nas catacumbas da delegação da Secretaria de Turismo e Transportes com o titular da pasta, tirando uma fotografia e dizendo que afinal não haveria cais de cruzeiros porque os terceirenses não se entendem.

Surpresa das surpresas, logo nas primeiras páginas deste PIRUS, pode ler-se o seguinte: «*O Porto das Pipas deve transformar-se num moderno terminal de passageiros capaz de receber turismo de cruzeiros temáticos com fácil acesso pedonal ao centro histórico assim como inter ilhas. Deve ter uma função comercial como centro de transações de bens e serviços e de entrada de mercadoria de carga rodada.*»

Folgo em saber que o senhor presidente da Câmara reviu a sua posição relativamente ao cais de cruzeiros e que a Câmara coloca estas preocupações e prioridades nos seus documentos de planeamento com vista à candidatura a fundos comunitários.

Sr. presidente da Câmara: – Não vale a pena vir para aqui com interpretações e conversinhas da sua lavra e colocá-las na boca dos outros. O que está aí escrito foi o que afirmei no dia em que me encontrei com o senhor Secretário Regional. Foi o que o senhor secretário disse no dia em que foi ouvido numa comissão qualquer, que não havia um entendimento sobre o cais; felizmente, esse entendimento existe e será feito. Sempre foi a minha posição desde o tempo em que eu estava no Governo, continua a ser e não vale a pena vir para aqui com interpretações e conversas com esse teor de reportagem.

Vamos à questão que nos interessa, respondendo a questões sérias e importantes colocadas pelo senhor deputado Péricles Ortins. Há aqui um lapso no que respeita à zona do Fanal porque devia referir «zona da banhos» em vez de «zona balnear».

O objetivo é criar uma zona de proteção costeira que acabe com a erosão e ao mesmo tempo recupere um acesso direto ao mar que poderá no futuro vir a ser equipado como zona balnear. Neste momento não existe essa intenção e cria-se uma alternativa à Silveira para quem pretenda prescindir de uma zona vigiada com grandes vantagens, quer do ponto de vista da quietação do plano de água, quer do ponto de vista cénico e outros. O projeto dessa obra já se encontra concluído e inclui uma ligação pedonal ao longo do litoral até às Areias Brancas, permitindo uma zona alargada em direção ao mar.

Está também prevista nesse projeto uma interligação até ao Relvão por um percurso exclusivamente pedonal por questões de ordenamento do tráfego e também de natureza patrimonial com uma construção ligeira para não interferir com a fortaleza. A zona pedonal

aproveita cerca de 90% do percurso existente com o prolongamento daquele caminho que sai nas traseiras do tanque do azeite e segue paralelo às casas em direção ao mar.

Nesse projeto estão incluídos cerca de 200 lugares de estacionamento gratuito nos terrenos onde se encontra a estrutura de preparação física do exército. A Câmara vai construir uma estrutura dentro do quartel em troca daquele espaço e o projeto aguarda apenas o fim das questões burocráticas de cedência do terreno à autarquia por parte do seu detentor atual que é o Ministério das Finanças.

Não se trata de cortar o trânsito na rua da Oliveira mas da criação de uma zona de coexistência pedonal segundo o que prevê a nova lei, à semelhança do que acontece na rua dos Mercadores em Ponta Delgada. Para todos os efeitos é equivalente a uma passadeira mas os carros podem passar a uma velocidade reduzida com prioridade para as pessoas porque a rua não tem passeios.

Os três projetos respeitantes à Fanfarra e às igrejas encontram-se em fase final de elaboração e estaremos em condições de avançar com isso.

O quarteirão que corresponde à zona verde e o outro são propriedade privada. Trata-se de ações previstas no Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra que dependerão de uma adesão de privados que não podemos controlar mas está aqui a ser criado um incentivo para que façam alguma coisa com a possibilidade de virem a ser beneficiários de fundos para reabilitação urbana. Há uma obra prevista pela Câmara para que a rua Baixinha adquira um perfil melhor mas ali o privado predomina.

A Câmara tenciona elaborar o Plano Estratégico de Animação Turística. Está em preparação um esboço conjunto entre a Câmara da Praia da Vitória, a Câmara do Comércio e o Governo Regional porque o projeto envolve toda a ilha. Houve aqui uma conferência sobre esse assunto e esperamos ter esse plano ainda durante o ano 2016.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Passando a parte das considerações parasitárias acerca do documento, sabemos que não há volta a dar; a Câmara tem que o apresentar para que possa candidatar o que quer que seja a fundos comunitários e a Assembleia Municipal tem forçosamente que o aprovar.

O documento verte um conjunto de opções políticas para o concelho, algumas não seriam as do PSD mas, reconhecendo-se legitimidade a quem conseguiu os votos, é natural que estejam aqui plasmadas. No entanto, registo que as ações merecedoras de maior discordância por parte dos partidos da oposição são justamente as mais pesadas em termos financeiros, nomeadamente a questão da tipologia e do projeto existente para o mercado municipal.

A boca do senhor presidente da Câmara fugiu-lhe para a verdade quando falou de orientações políticas ao estudo de trânsito. Este documento verte um conjunto de opções políticas mas falta-nos ainda conhecer a componente técnica do referido estudo. Esperamos não se tratar apenas de uma assinatura dessas opções políticas porque o exemplo do quarteirão da moagem já tem barbas.

Este poderá não passar de um documento cheio de boas intenções mas o PSD não o vai inviabilizar porque sabemos que sem ele o município não pode candidatar o que quer que seja a fundos comunitários e as coisas não se podem fazer apenas com verbas próprias mediante as responsabilidades de uma autarquia.

Como disse há pouco, o próximo quadro comunitário esgota-se em 2020 e isto compromete este executivo camarário e os seguintes. A nossa votação vai ser de abstenção porque a Câmara precisa deste documento com o qual não nos identificamos.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Queria alertar o senhor presidente da Câmara para algo que o senhor já sabe por ser uma figura política do género 4 em 1; é secretário de várias

secretarias e depois desagua em presidente da Câmara trazendo consigo um rol de conhecimentos em várias áreas do Governo.

Interessa-me particularmente a recuperação do edifício religioso de Santo António dos Capuchos de grande valor por causa da sua azulejaria que espero não ter sido roubada. Quando o senhor foi secretário regional, devem-lhe ter aquecido as orelhas no sentido de tentar criar as condições para a sua recuperação.

É muito importante que uma cidade que vive a sua história e o seu património junto da UNESCO, recupere esse edifício. O senhor conhece melhor do que eu a qualidade daqueles azulejos que, repostos nas suas respetivas paredes, darão um bom contributo para as visitas turísticas e enriquecerão ainda mais o nosso património. A terem que reconstruir os dois, peço que se sensibilizem para a recuperação desse edifício em particular prioritariamente ao das concecionistas.

Sr. presidente da Câmara: – Estou plenamente de acordo com o senhor deputado Manuel Conde Bettencourt. Há uns anos, quando tive responsabilidades na área da cultura, esforcei-me para que o assunto se resolvesse mas infelizmente não foi possível na altura e espero ter melhor sucesso agora. Trata-se de um edifício de grande importância artística e histórica, merecedor de outra sorte e a sua recuperação é bastante mais barata do que o edifício das concecionistas. Vamos tentar proceder à sua recuperação, embora dependa da vontade de muita gente.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O senhor presidente da Câmara fala em seriedade, refere que a rua da Oliveira não será encerrada ao trânsito com uns passeios e os carrinhos a circular mais devagarinho e na página 39 do PIRUS, leio: «*encerramento da rua da Oliveira*»; depois eu é que não sou sério! É estranho o seu conceito de encerramento da rua da Oliveira, senhor presidente.

O cais de cruzeiros está referido na página 8 do documento e não há qualquer interpretação da minha parte ou do CDS-PP a respeito desta matéria; está escrito, o documento é seu e da sua Câmara e foi aprovado pela sua maioria. Peço-lhe desculpa mas, pela parte que me toca, os apelos à seriedade terão que ser devolvidos à procedência.

Como disse e muito bem o deputado Luís Rendeiro, este plano contém um conjunto de prioridades de investimento municipal nas quais o CDS não se revê, nomeadamente a questão do mercado municipal, como já tivemos a oportunidade de expressar de forma clara na discussão do orçamento da Câmara e das GOP's. Contém ainda referências a alterações de trânsito e fala do combate às térmitas, uma discussão com vários anos, e já percebemos que daqui a dias teremos a cidade infestada de térmitas e ratos. Não inviabilizaremos o documento mas também não o votaremos a favor.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 28 votos a favor, (22 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.5 – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território da Ilha Terceira, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de autorizar o início de um processo de elaboração de um plano intermunicipal para a ilha Terceira conduzido pela Câmara Municipal da Praia da Vitória que olhe para as infraestruturas partilhadas pelos dois municípios e para as intervenções que extravasem o território de cada concelho. Espero que esta Câmara perceba a sua importância com vista à resolução de forma coordenada de um conjunto de questões importantes para ambos os concelhos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria que o senhor presidente da Câmara me explicasse como é que um documento desta importância que visa a articulação de redes e infraestruturas que podem ser otimizadas e potenciadas de forma conjunta pelos dois municípios, vai ser elaborado pelo município mais pequeno com menos infraestruturas. Mediante a sua intervenção, iremos confiar cegamente na bondade da elaboração do documento...

Sr. presidente da Câmara: – Tem a ver com a questão contratual e não com a elaboração.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Ainda bem que esclarece. Convém que a Câmara de Angra salvegarde contratualmente uma boia de salvação e veja se isto corre bem porque é muito complicado passar cheques em branco. Não o vamos inviabilizar porque não sabemos em que moldes isto vai funcionar, mas também não podemos aceitar um documento que nos fique cravado na pele tipo tatuagem.

Sr. presidente da Câmara: – O plano terá que vir a esta Assembleia para aprovação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nessa altura, em vez de uma abstenção, talvez possamos conversar acerca de outro tipo de posição mas neste momento é o melhor que lhe conseguimos oferecer, senhor presidente.

Sem mais intervenções e posto à votação o Plano constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor, (20 do PS, 5 do PSD, 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (5 do PSD, 4 do CDS-PP).

1.6 – Início do procedimento para a revisão do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Como podem ver no documento que foi distribuído, já foi elaborado o relatório de avaliação do Plano Diretor que se encontra em vigor e o que se pretende é iniciar formalmente o processo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Finalmente chegou o dia de revisão do PDM, para deixarmos de o suspender cada vez que era violado como tem sido prática desta autarquia; sempre que se quer violar o PDM, suspende-se o PDM, faz-se a violaçãozinha e repõem-se o PDM.

Sr. presidente da Câmara: – O PDM tem defeitos de origem que precisam de ser vistos.

Não se registaram mais intervenções. O documento constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade.

1.7 – Carta Educativa de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro e da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Este documento apresenta um conhecimento mais profundo e detalhado no que concerne à educação no concelho com um resumo da caracterização demográfica e socioeconómica, do enquadramento do território e da caracterização do sistema educativo, uma boa base de trabalho para a área da educação.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A Carta Educativa de Angra surge mais ou menos na sequência de documentos anteriores, poderá ser um instrumento de trabalho e valerá se as opções políticas tomadas se sujeitarem ao estudo e à identificação das características da rede educativa concelhia, dos perfis demográficos, da distribuição do território, etc., como vemos aqui plasmado em termos estritamente técnicos.

Retiramos daqui várias conclusões. Em primeiro lugar, toda a gente já sabe que a população está a envelhecer e há cada vez menos criancinhas; em segundo, ficamos a saber que a distribuição da população no território é assimétrica e em terceiro lugar concluímos que a rede escolar está sublotada e não sobrelotada.

O grau de alfabetização da população do concelho não é pobre; é paupérrimo. Pouco mais de 40% da população tem apenas a escolaridade básica do 1º ciclo, os 2º e 3º ciclos têm um bocadinho mais...

Sr. presidente da Câmara: – Podemos fazer uma invocação ali para os lados de Santa Comba.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Alguns dos méritos que teve foi a distribuição de escolas do 1º ciclo por todo o país.

Sr. presidente da Câmara: – E de destruir o sistema educativo que a república tinha criado.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Deixemos o homem de Santa Comba em paz porque já se foi.

Sr. presidente da Câmara: – A sombra dele paira sobre essa carta educativa.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A sombra e os edifícios, por mais que lhes mudemos o nome.

As pirâmides etárias são esta tristeza que vemos aqui e não é um fenómeno exclusivo da Terceira nem do concelho de Angra; é nacional, europeu e dos países desenvolvidos. Tive o cuidado de sublinhar algumas das intenções no desenvolvimento do texto que suporta os documentos estatísticos mas, como estamos com pressa para o almoço, vou à última que, de certa maneira, sintetiza tudo o mais que está plasmado no documento.

A páginas 158, este mimo de boas intenções diz o seguinte: *«Relativamente aos estabelecimentos de ensino, sejam da responsabilidade do Governo Regional dos Açores ou de responsabilidade municipal, importa ter presente que a modernização do parque escolar não passa apenas pela construção de novos edifícios escolares, sendo necessário manter um modelo de requalificação constante e consistente ao nível da conservação e manutenção dos edifícios existentes e na sua constante adaptação formal em função das alterações entretanto ocorridas em termos dos currículos e das práticas educativas e formativas. A reutilização das infraestruturas e dos equipamentos escolares existentes em detrimento de novas construções permite melhorar a resposta da rede pública de forma eficaz e equitativa.»*

Senhor presidente da Câmara, subscrevo integralmente o parágrafo mas, do enunciado à decisão e práticas políticas, vai uma distância da noite para o dia. Não se tem seguido a política de aproveitamento racional das infraestruturas existentes e, devido a critérios mais políticos do que de natureza técnica, tem-se renovado algum do parque escolar com novas construções.

É a velha e tradicional teoria do saquinho de cimento volvida agora nas obras públicas porque um edifício vê-se politicamente e como os esgotos e a rede pública não se veem, não dão votos. É mais fácil ir para o cimento porque basta haver dinheiro, neste caso da vaquinha da União Europeia que nos deixa ainda mais contentes quando dá 100 em vez de 80 ou 85%.

Um dia que esta malta resolva vir por aí abaixo e olhar com olhos de ver para as infraestruturas instaladas no sistema educativo, vai ficar com os cabelos em pé e perguntar: «Mas o que é que estes indivíduos andaram aqui a fazer, a deixar uma data de edifícios para reconversão e a construir estes mostrengos com tão poucos alunos?» A não ser que, à medida que se propõe a construção de novos edifícios ou a requalificação dos já existentes, houvesse um plano B ou C para estes edifícios, podendo ser uma escola enquanto houver alunos, passando depois a ser um asilo, um centro de dia ou outra coisa qualquer. Vai-se construindo porque é politicamente mais eleitoralista mas depois ficamos com o bebé nas mãos sem saber o que lhe fazer.

A respeito da construção mais recente de uma escola que parece ter nascido com azar, não deixa de ser curioso que o Governo Regional dos Açores não a tenha considerado prioritária, oferecendo à Câmara apenas a construção do pavilhão, se não me falha a memória. «Construam lá a escola com o vosso dinheiro ou com dinheiro comunitário que a gente não vai por aí.» Isto demonstra até que ponto as pessoas são reféns de critérios de promessas eleitorais, não estando propriamente de acordo com estas maravilhas de texto e ideias plasmadas na Carta Educativa porque há alguma incoerência na forma como se gere a rede.

Por outro lado, a ideia peregrina de fazer grandes concentrações esquece aquele velho aforismo popular que diz que, quanto maior a nau, maior a tormenta. Se problemas há no sistema educativo, são os de hoje porque a nossa sociedade está doente, tem problemas de valores, de comportamentos, de assimetria e de riqueza.

Infelizmente, a maior parte dos nossos estudantes anda a raiar o RSI que tem aumentado com a crise, as nossas famílias estão desestruturadas, os filhos não têm motivação e as elites sociais riem-se porque educam os seus filhos nos melhores colégios que não têm problemas de motivação e de rendimento escolar nas escolas públicas pagas por todos nós que nos dizemos muito democratas e republicanos.

Não se vê aqui uma política de acompanhamento dos alunos mais desfavorecidos que leve as câmaras e o Governo Regional a identificarem os alunos de famílias pobres com maior rendimento que poderiam eventualmente vir a tirar cursos de maior qualificação mas ficam pelo caminho porque ninguém se lembra deles.

As cartas educativas deveriam ter indicações mais precisas sobre as intenções e políticas educativas dos decisores e não se limitarem a fazer um enunciado dos instrumentos de avaliação da rede. Se querem uma educação democrática estejam atentos às desigualdades sociais e criem medidas sociais de apoio a quem as merece receber.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Esta Carta Educativa é um documento bastante exaustivo e lanço o desafio para que este instrumento de trabalho seja convertido em informação útil. Espera-se que toda esta informação, o tratamento estatístico, o levantamento dos edifícios existentes, a oferta formativa, ou seja, tudo que está plasmado na Carta Educativa, não seja apenas vertido em PDF.

Chamo a atenção para alguns problemas existentes neste documento, nomeadamente nas páginas 66, 83, 154, 155, 157, 166, 167 e 168 em que não podemos comprovar algumas informações referidas nos quadros porque os mesmos não estão legíveis talvez devido a algum problema na conversão para PDF.

O trabalho é feito pela Secretaria Regional da Educação e a assunção por parte dos municípios de toda a competência do 1º ciclo, e cada vez mais a ideia do pré-escolar, poderá revelar-se um problema porque se acentuam cada vez mais as assimetrias de estudos entre os alunos provenientes da escola pública e da privada ou porque alguns têm mais capacidades do que outros para o desenvolvimento de determinadas competências.

De acordo com as diretivas da União Europeia deveríamos concentrar a força no pré-escolar e no 1º ciclo com vista à máxima equidade possível entre os alunos na entrada do sistema de educação e depois orientá-los para os vários programas existentes.

De destacar também nesta Carta Educativa a clara distinção entre o abandono escolar efetivo e o abandono escolar precoce. O abandono escolar efetivo, ou seja, o abandono do ensino antes da sua conclusão, é residual enquanto o abandono precoce é um novo conceito que envolve os alunos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o secundário e não fazem parte de qualquer plano de formação.

Enquanto estávamos a construir edifícios e a lutar contra o abandono escolar efetivo, estavam os nórdicos a pensar no que fazer com os miúdos entre os 18 e os 24 anos que não prosseguem quaisquer estudos e não conseguem integração no mercado do trabalho, o que demonstra claramente os ritmos diferentes dos diversos países da União Europeia no que respeita à educação.

Esta confusão entre o abandono efetivo e o abandono escolar precoce não tem ajudado na busca de soluções. As orientações do Conselho Nacional da Educação e da União Europeia ao nível educativo e formativo vão no sentido de olharmos cada vez mais para o ensino por ciclo, em vez do ensino por ano, a ideia da retenção a meio dos ciclos como forma de o aluno ganhar mais competências para progredir e avançar de ano.

Temos que abandonar a ideia de que a progressão do aluno no ano é sinónimo de aquisição de todas as competências que são definidas entre o 1º, o 2º e o 3º ciclos e o secundário, em que os alunos não deverão chumbar, devendo deixar-se a avaliação das competências para o final do ciclo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Isto já descambou; descambou porque, em vez de discutirmos a Carta Educativa, que é o documento que aqui temos para análise, devido a um pequeno acidente de percurso do deputado Rogério Sousa, entrámos na discussão de políticas educativas.

Os Açores possuem os piores indicadores educativos do país no que respeita à literacia e ao insucesso e abandono escolar numa área em que a política está completamente regionalizada e não podemos culpar mais ninguém. Se há alguém para culpar ao nível das infraestruturas e da definição de algumas políticas que não conduziram a bons resultados escolares dos alunos dos Açores nos exames nacionais, esse alguém está ali sentado, chama-se Álamo de Meneses, foi secretário da educação e ainda hoje assistimos a uma sucessão de secretários regionais a esforçarem-se ao máximo com a revogação de algumas medidas tomadas para tentarem acertar o passo; até já houve quem lhes tivesse chamado «pensos rápidos».

O maior problema deste documento reside numa questão base da qual não arredamos pé, que é o fecho de escolas, porque defendemos a escola de proximidade, a escola de freguesia, a escola de menor dimensão.

Para além de uma caracterização objetiva do parque escolar do concelho, este documento fez ainda uma caracterização social das qualificações, do nível de literacia, das competências e conhecimentos da nossa sociedade e do aumento da taxa de desemprego, curiosamente nas franjas da sociedade mais qualificadas, um retrato dramático da nossa sociedade de hoje na ilha e no arquipélago, fruto de 20 anos de políticas erradas de educação.

Estamos a assistir a uma dramática quebra da natalidade e a uma saída de gente com formação da ilha e da região. Em vez de discutirmos maneiras de invertermos a situação, cada vez inauguramos mais lares, ampliamos cemitérios e temos menos alunos para colocar nas grandes escolas que foram construídas. Pelos 20 anos que nos trouxeram até aqui e pela persistência do erro nesta Carta Educativa, vamos votar contra.

Sr. presidente da Câmara: – Como sou da idade do professor Manuel Conde, sinto-me à vontade para falar do tempo que hoje vivemos, porque partilhei com ele o ensino igualitário em que só faltavam os sapatos e os livros. Da minha sala de 40 alunos, apenas 6 vieram a Angra fazer o exame e não havia abandono escolar nem sucesso educativo.

Senhor deputado Luís Rendeiro é preciso ter memória, olhar para as estatísticas e saber do que se fala. Sei que não gosta que o diga mas o senhor é mais jovem, não tem memória e seria bom que estudasse os livrinhos e visse as coisas como são.

Há 19 anos, quando assumi a pasta da educação, a maior parte das nossas freguesias tinha escolas a funcionar em desdobramento, o abandono escolar andava na casa dos 30% e não estou a falar do abandono escolar europeu; refiro-me àqueles que não acabavam a quarta classe, senhor deputado! Estou a falar da altura em que as infraestruturas escolares eram uma miséria e o seu partido passava o tempo a perguntar quando se fazia a escola tal e tal porque havia ali em cima uma escola com 4 mil alunos, havia pulgas nos alunos que estavam no anexo da escola industrial, etc., etc., etc. Foi essa a luta ganha, senhor deputado!

Se há coisa de que me orgulho na vida, foi ter ganho a luta contra o abandono escolar precoce, essa sim, uma grande herança do tempo do senhor Salazar. Passar-se de 30% de abandono escolar na quarta classe para menos de 1% de abandono aos 18 anos, é uma coisa histórica e são poucos os países que conseguiram fazer esta caminhada numa única geração.

O senhor deputado Manuel Conde também se deve orgulhar desta caminhada histórica que foi iniciada pelo seu partido quando a autonomia começou. Conseguimos mudar uma estatística típica de um país do terceiro mundo para uma estatística ainda hoje com problemas, mas já não é o que era.

Hoje preocupámo-nos com quem vai para o ensino superior e na altura procurávamos ver se os alunos aprendiam a ler e a escrever e se conseguiam completar a quarta classe. Quando o senhor falar destas coisas, é bom que fale com memória, senhor deputado.

O senhor não tem o direito de reescrever a história porque não tem memória disso. Vai ter que olhar para os livros e para as estatísticas e perceber como as coisas funcionam antes de fazer estas intervenções, até em memória do seu próprio partido que, no tempo em que foi governo nesta região, fez também um percurso notável que foi continuado.

O senhor deveria de falar com outro respeito em memória dessa geração de açorianos que fez uma transformação notável e provavelmente única no panorama europeu porque demos uma volta numa geração que outros não conseguiram num século. Muitos moços e moças da minha idade, particularmente na ilha de S. Miguel, não foram à escola porque não havia lugar e olhe que não sou assim tão velho.

O senhor deveria falar com outro respeito por uma história que o seu partido também partilha, senhor deputado. Tenho um grande respeito pelos que me antecederam na educação, as minhas responsabilidades foram julgadas e o povo açoriano disse que eu tinha razão por duas esmagadoras maiorias absolutas.

Enquanto houver discursos desses, os senhores nunca sairão daí e hão de levar outro carroto, para usar as palavras do senhor deputado Artur Lima, e não há de ser de pulgas; há de ser de perda de eleições. O senhor não percebeu a história, o senhor não percebe a realidade, o senhor continua a falar de coisas das quais não faz a mínima ideia. Hoje temos um sistema educativo de que muito me orgulho e não há nada de que me arrependa, a não ser pelo facto de não ter ficado lá mais tempo para continuar a dar-vos um carroto.

Vozes não identificadas: – Puseram-no a andar...

Sr. presidente da Câmara: – Exatamente; puseram-me a andar. Antes ia escondido. Não fui cabeça de lista e não tive um papel relevante nas eleições... A senhora ainda não existia politicamente e se calhar continua a não existir.

Dou razão ao senhor deputado Manuel Conde. A Carta Educativa tem a ver com orientações para o futuro e diz que não precisamos de construir mais escolas no concelho. Temos edifícios escolares suficientes, temos que os manter em bom estado e fazer o que o senhor deputado tão bem citou. Por opção minha, não teríamos feito a escola de Santa Bárbara mas a decisão estava tomada e o Governo Regional tinha razão no que escreveu no ofício que o senhor conhece.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Apesar das críticas e picardias, que também fazem parte da luta política, e das diferenças de opinião, a verdade é que há 20 anos que o Partido Socialista está no poder e terá que assacar os méritos e deméritos da sua atuação.

Nós, os da área do sistema educativo e todos aqueles com profissões relacionadas com a gestão da nossa sociedade, sabemos que é extremamente difícil traçar estratégias que solucionem problemas complexos numa sociedade já de si complicada. É muito mais fácil fazer uma escola do que criar medidas que superem e resolvam problemas e variáveis difíceis.

Não nos adianta questionar as medidas que cada governo tomou nos últimos 20 ou 40 anos, ao invés de tentarmos encontrar uma solução para os problemas que se arrastam e agravam ao nível do aparelho educativo e formativo porque a educação e a formação estão de braço dado de forma mais premente, uma vez que temos uma baixa taxa na qualidade da graduação académica dos nossos cidadãos. Por razões tecnológicas e outras que me abstenho de enumerar, hoje a formação é estrategicamente prioritária.

Temos que combater o absentismo e a falta de motivação da generalidade dos alunos provenientes de estatutos sociais desestruturados e completamente desmotivados e não temos conseguido obter os êxitos necessários.

O Governo Regional começou a identificar de uma forma mais sistemática estas situações, criou um programa para o sucesso que começa a arrancar lentamente, mas a caminhada é muito complicada, precisa de contributo de todos e não vale a pena andarmos a brigar na ponta dos pés como irmãos desavindos.

Sr. presidente da Câmara: – Revejo-me totalmente nas palavras do senhor deputado Manuel Conde. Se esta caminhada durou um par de séculos no resto do mundo, aqui não será muito diferente. O que foi aqui dito é verdade e subscrevo inteiramente.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Comparativamente a documentos anteriores, esta Carta Educativa sofreu uma evolução significativa, pelo menos na análise que faz ao concelho de Angra; todavia, o documento tem duas ou três referências que fazem com que o CDS-PP não possa dar o seu apoio porque se diz: «*Um dos objetivos é assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva...*» e logo abaixo é referido que se pretende assegurar a racionalização e complementaridade das ofertas.

Mais à frente é dito: «*A construção, a ampliação e requalificação das infraestruturas escolares do concelho, associada à diminuição da taxa de natalidade, desencadeou um processo de sublotação em estabelecimentos de educação e ensino que urge resolver, sendo imprescindível proceder à reorganização da rede escolar existente.*»

Como sabem, o grupo municipal do CDS-PP é contra o encerramento de escolas de proximidade e esta Carta Educativa não garante que isso não aconteça, nomeadamente em freguesias como o Raminho, S. João de Deus ou outras, incluindo a própria escola do Alto das Covas. Por estas razões, o grupo municipal do CDS-PP votará contra esta Carta Educativa de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de citar o atual Secretário Regional da Educação, Avelino de Meneses que, perante os resultados educativos dos Açores, os piores quando comparados com a média nacional, afirmou em plenário: «*Não podemos ter de maneira nenhuma os maus resultados que temos. Perante os resultados obtidos e as condições que temos, há que fazer autocrítica.*» Avelino Meneses tem razão; enquanto essa autocrítica não for feita não podemos arrepiar caminho; assim sendo, o voto do grupo municipal do PSD neste documento, é contra.

Não se registaram mais intervenções relativas ao Ponto 1.7. Após votação, a Carta Educativa de Angra do Heroísmo foi aprovada por maioria com 19 votos a favor (18 do PS, 1 do d. m. independente), 5 abstenções do PSD e 8 votos contra (5 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.8 – Regulamento Municipal do Comércio a Retalho não Sedentário de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Este regulamento visa compilar todos os normativos que se aplicavam. Tem como objeto o comércio a retalho não sedentário em Angra do Heroísmo com a atualização do regime previsto no anterior regulamento aprovado em 1988 com várias normas caducas, agregando também a regulamentação aplicável ao comércio efetuado durante as festas Sanjoaninas.

Em termos gerais este diploma vem adaptar o regime à legislação entretanto aprovada a nível regional e nacional pelo decreto legislativo regional 38/2012/A e pelo decreto-lei 10/2015. De sublinhar o artigo 21 que regula as restrições à venda ambulante, proibindo em termos gerais a venda dentro dos limites da zona classificada, permitindo excepcionalmente este tipo de comércio durante a época balnear nas Sanjoaninas e durante as festividades organizadas pela Câmara ou pelas juntas de freguesia situadas nos limites da zona classificada.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Este documento está bem feito. No fundo é uma atualização face às alterações legislativas dos últimos tempos. Todavia, gostaria de deixar duas observações à reflexão. É possível que tenhamos que andar à caça daqueles simpáticos senhores que se vão colocando numa esquina qualquer de porta bagagens abertos a vender uns frascos de massa malagueta e uns pés de couve para plantarmos no quintal. Ou acabamos com este tipo de vendedores ou teremos que fechar os olhos aos fantasmas.

A outra questão tem a ver com a economia paralela que apresenta dados preocupantes; refiro-me a um conjunto de iniciativas que, se por um lado podem contribuir para a dinamização da atividade no centro histórico, poderão ao mesmo tempo fomentar fugas aos impostos. Dou como exemplo aquela feira que decorre aos sábados em que qualquer cidadão vende o que quer ao preço que lhe apetece sem passar qualquer recibo, fazendo concorrência desleal a quem vende de porta aberta nas ruas da cidade. Terá que haver alguma atenção às exceções que estes regulamentos possam conceder.

Não se tendo registado mais intervenções e posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade.

1.9 – Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante elenco camarário, senhores deputados municipais. Este regulamento vem aprovar o mesmo regulamento que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2015.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Este regulamento leva-me a informar que dentro de pouco mais de 9 meses passarei a ser idoso, algo que não sabia. Penso haver uma certa contradição em relação ao preâmbulo que diz que cada vez temos uma vida mais longa e consideramos os idosos um bocadinho mais novos. Assim sendo, passarei a ser idoso e vou adquirir o cartão.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Não me revejo da mesma forma neste regulamento porque constato que já sou idoso há 2 anos. Estava com a expectativa de que seria idoso aos 65

e vêm-me com a bolada legislativa da ONU. Se vem da ONU, não voto se o António Guterres mantiver essa legislação. Idoso aos 60 anos é muito cedo.

Sra. vereadora Catarina Matias: – A Organização Mundial de Saúde prevê que se é idoso a partir dos 60 anos e se entra na 4ª idade a partir dos 80.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Então, resta-me a esperança da 4ª idade.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Eu faço parte daquela faixa etária que só serve para pagar impostos. Já não tenho direito ao cartão jovem, ainda não posso ter o cartão do idoso e sirvo para sustentar tudo o que vai aparecendo por aí.

Sr. presidente da Câmara: – Olhe que o tempo passa depressa.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Apesar de este mecanismo de apoio aos idosos existir na Câmara de Angra há 16 anos, só agora aparece um regulamento, o que não estranhámos porque temos visto algumas penitências do senhor presidente relativamente a coisas que estavam na Câmara há muitos anos sem terem sido aprovadas e esta é mais uma.

Na nossa opinião, o cartão municipal do idoso deveria ser limitado a quem mais precise de ser ajudado. Na alínea b) do nº 1 do artigo 4º é referido que poderá requerer o cartão quem tiver uma qualquer pensão, independentemente do seu vencimento, mesmo que ainda não tenha atingido os 60 anos de idade.

Quem tiver uma reforma como, por exemplo, os antigos vereadores desta Câmara que se reformaram muito novos, tem descontos na água, nos acessos aos serviços culturais e num conjunto de outras coisas. Isto parece-me absolutamente excessivo porque o nível de vida dessas pessoas não lhes deveria permitir tais benefícios.

Gostaria de saber se a Câmara Municipal estaria na disposição de balizar estas reformas ou pensões às pensões de invalidez e de sobrevivência daquelas pessoas que necessitem de ajuda pelo seu nível de sobrevivência.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria de dizer ao senhor deputado Pedro Ferreira que está enganado se pensar que não pagará impostos quando chegar a idoso e as reduções são tão poucas que não vale muito a pena ser idoso.

Sr. presidente da Câmara: – Acho que não vale o cartão.

Sra. vereadora Catarina Matias: – O cartão municipal do idoso do concelho de Angra do Heroísmo apresenta diversas vantagens, nomeadamente ao nível do turismo, de serviços de cabeleireiro, de descontos na água e muito mais; estão balizadas todas as pessoas com mais de 60 anos ou quem seja considerado idoso por via de qualquer pensão.

Sr. presidente da Câmara: – A resposta da senhora vereadora Catarina Matias foi clara. A Câmara entendeu por unanimidade que o cartão deveria ser para todos com vantagens que podemos conceder aos idosos e a quem tenha pensões por esta ou aquela razão sem prejuízo de ninguém. As pessoas precisam muito destes apoios por terem pensões de invalidez miseravelmente baixas e não por terem sido vereadores ou deputados. Se alguém tiver uma pensão melhor, pois que lhe faça bom proveito porque não é por aí que vamos fazer justiça social.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Como não conhecemos os benefícios dos portadores do cartão municipal do idoso, talvez fosse melhor anexar uma listagem a este regulamento.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara apenas encontra parcerias variáveis todos os anos consoante a adesão das pessoas e das empresas e os apoios estão devidamente estabelecidos no regulamento de taxas aprovado por esta Assembleia.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Regulamento do Cartão Municipal do Idoso constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade.

1.10 – Proposta para nomeação do júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Urbanismo, bem como a atribuição de despesas de representação ao candidato a selecionar, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto. Para deliberação da Assembleia Municipal.

Sr. vereador Guido Teles: – No cumprimento da legislação e devido à cessação da comissão de serviço do anterior chefe da Divisão de Urbanismo, a Câmara Municipal propõe à Assembleia que nomeie o seguinte júri para o procedimento concursal referente à colocação do novo chefe de divisão de urbanismo:

Para presidente, a chefe de Unidade de Desenvolvimento Comunitário, Sandra Costa e para vogais, o chefe de Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, João Pedro Cardoso e o engenheiro Jorge Soares, chefe de Divisão de Informação Geográfica e Ordenamento do Território Municipal da DROAP.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD, 1 do d. m. independente) e 8 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.11 – Relatórios de contas da TERAMB, EM, respeitantes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2015. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Estes documentos vêm para conhecimento desta Assembleia. Do ponto de vista de uma avaliação genérica, as contas demonstram um equilíbrio financeiro mas a verdade é que se referem a um período verdadeiramente incharacterístico, ou seja, nos trimestres referidos no relatório, a TERAMB ainda não exercia a sua atividade principal por se encontrar numa situação de transição com a obra em curso e o aterro em exploração. As contas mostram alguma estabilidade financeira e capacidade de investimento como se veio a comprovar pelo investimento feito na Central de Valorização Energética.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento.

1.12 – Instituição do Dia Municipal do Bombeiro. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Houve uma proposta que foi aprovada por unanimidade pela Federação de Bombeiros dos Açores e submetida à assembleia da Associação de Municípios dos Açores que também aprovou por unanimidade a instituição deste dia em cada um dos concelhos dos Açores. No caso de Angra, o dia concreto acaba por ser a oficialização de uma tradição que vem, salvo erro de 1922, em que os bombeiros celebram o seu dia no dia 8 de dezembro.

Passamos a ter um dia municipal do bombeiro em que o município mostra o seu agradecimento e a merecida homenagem ao esforço dos voluntários que todos os dias estão ao nosso serviço e tão úteis nos têm sido e a uma das instituições mais meritórias do nosso concelho.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Não sei se será possível ao senhor presidente da Assembleia, de acordo com os líderes ou representantes das forças partidárias, transmitir na ata o apreço da Assembleia Municipal de Angra pela decisão da Câmara Municipal na criação do dia municipal do bombeiro.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Se vem para conhecimento, a Assembleia não se deve pronunciar; quando muito, faz o que o senhor deputado Manuel Conde acabou de sugerir e se a Câmara considerar que o documento deveria ter vindo para aprovação, fá-lo-á regressar a nova reunião da Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – Tem um significado meramente honorífico.

Sr. presidente da Mesa: – Ficará em ata que, por sugestão do senhor deputado Manuel Conde Bettencourt, a Assembleia Municipal se congratula com a decisão da Câmara Municipal na instituição do dia municipal do bombeiro.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Designação de dois representantes na comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo.

Após votação por escrutínio secreto foram designados por maioria os seguintes representantes:

- **Rui Manuel Gomes.**
- **Renato Pires.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 – Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Voto de congratulação pelo 50º aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense Tomé Belo de Castro:

«No dia 22 de janeiro do ano de 1966 foi fundada em Angra do Heroísmo por um grupo de 31 aficionados, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense denominada de Tomé Belo de Castro, em homenagem ao ilustre aficionado e amador tauromáquico terceirense de grande prestígio.

Numa ilha onde o gosto pelo toiro e pela cultura taurina se perde na bruma da memória, a criação desta instituição ficou a dever-se à necessidade de promover a união e a concertação de interesses num local privilegiado que difundisse a festa e fosse ao encontro de todos quantos por ela se interessavam.

Os objetivos vertidos nos seus estatutos visavam manter o interesse dos seus associados pela defesa da universalidade da festa brava, bem como todas as festividades taurinas de cariz popular, apoiando iniciativas de comprovado interesse tauromáquico nomeadamente o seu grupo de forcados.

Desenvolver atividades de divertimento e formação taurinas na sua sede e estabelecer protocolos com congéneres nacionais e estrangeiras para iniciativas de comprovado interesse tauromáquico, eram também metas a alcançar pelos fundadores desta instituição.

O trabalho e perseverança de todos quantos, ao longo destes 50 anos, por lá têm passado, nomeadamente as várias direções que a têm gerido, permitiram concretizar os objetivos traçados e em 2005 foi-lhe atribuído pelo Governo Regional o estatuto de utilidade pública pelo seu contributo em prol do enriquecimento cultural e recreativo da região autónoma dos Açores, o que foi inevitavelmente um fator de prestígio e reconhecimento da sua importância.

Com um considerável número de associados, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense continua a exercer uma ação preponderante no desenvolvimento da tauromaquia através de diversas

iniciativas levando o nome da Terceira e dos Açores muito para além dos limites geográficos da região.

A aposta na promoção e organização de diversos certames tauromáquicos, nomeadamente festivais, colóquios e palestras, tem procurado promover a Terceira como destino taurino, trazendo aos Açores turistas amantes da cultura taurina, contribuindo com isso para a divulgação das nossas ilhas e para o desenvolvimento da nossa economia.

Felicitemos a Tertúlia Tauromáquica Terceirense pela comemoração das suas bodas de ouro e desejamos que continue firme no seu propósito de defender e promover a festa brava, contribuindo assim para a perenidade das nossas tradições e raízes culturais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo um voto de congratulação pelo 50º aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense Tomé Belo de Castro e que, do mesmo, seja dado conhecimento à sua direção.»

A nossa identidade e cultura como terra de toiros têm sido bem representadas e defendidas por esta instituição como marca cultural e história e como marca de uma identidade que esta ilha tem no contexto regional, nacional e fora dele. Pelas bodas de ouro desta instituição, que tão grandes préstimos tem dado à nossa terra, entendo mais do que justo que a Assembleia Municipal aprove este voto de congratulação.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados.

O grupo municipal do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pelo 50º aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, subscrevendo as palavras do senhor deputado Luís Rendeiro.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O grupo municipal do CDS-PP também se associa a este voto de congratulação. Pegando nas últimas palavras do deputado Luís Rendeiro relativamente ao trabalho que a Tertúlia tem feito, lembro as barreiras com que às vezes a instituição se depara, algumas provenientes de entidades públicas que, com o evoluir dos tempos e de alguns pensamentos mais extremos, vão dificultando a implementação de um conjunto de ideias e projetos que poderiam contribuir ainda mais para o desenvolvimento económico, social e turístico da ilha Terceira e de Angra do Heroísmo em particular, se bem que, muito do trabalho da Tertúlia tem merecido o apoio das entidades competentes ao nível cultural e municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Também me associo às palavras escritas neste voto de congratulação, dizendo-vos que fui um dos frequentadores das primeiras instalações da Tertúlia e fiz parte de um grupo de jovens que frequentou uma escola apoiada por aquela instituição que se destinava a ensinar-nos a arte de bem tourear. Não fui um aluno brilhante mas nessa altura era permitido manter a tourada dos estudantes ativa...

Sr. presidente da Câmara: – Já se está a fazer.

Sr. presidente da Mesa: – Fico contente pela informação. Se calhar deveria propor aqui uma comissão de velhos veteranos...

Sr. presidente da Câmara: – Estudantes portadores do tal cartão.

Sr. presidente da Mesa: – Essa poderia ser mais uma regalia a incluir no cartão pela senhora vereadora Catarina Matias.

Gostaria de deixar aqui o meu testemunho de que as diferentes direções que passaram pela Tertúlia Tauromáquica Terceirense ao longo destes 50 anos sempre dignificaram a festa brava e o nome da nossa ilha.

Sr. d. m. Luís Salvador: – Como esta instituição está sediada na freguesia de S. Bento e perto da minha residência, quero também associar-me a esta homenagem feita pelo senhor deputado Luís Rendeiro em representação do PSD.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Temos aqui uma pequena discordância em relação à intervenção do senhor presidente da Mesa. Diria que V. Exa. se equivocou ao dizer que os conhecimentos adquiridos na referida escola não obtiveram aplicação prática. Nesta arena, o senhor tem demonstrado bem os ensinamentos que aprendeu nessa escola.

Sr. presidente da Câmara: – Tem feito aqui várias pegas.

Sr. presidente da Mesa: – O único jeito que me ficou foi para pôr umas farpas de vez em quando.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Congratulação constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16H00 do dia 05 de fevereiro de 2016, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz